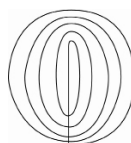


CONTEÚDO PROPOSICIONAL

EDIÇÃO DE 2021 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2018-2021 FCT Project PTDC/ FER-FIL/28442/2017



Editado por
Ricardo Santos e Pedro Galvão

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2021 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Conteúdo Proposicional
Copyright © 2021 do autor
João Branquinho

Todos os direitos reservados

Resumo

Este artigo introduz, de forma detalhada, os problemas do conteúdo proposicional, linguístico e mental, com um destaque especial para a variedade do conteúdo singular, conteúdo irredutivelmente acerca de um objecto específico. São igualmente introduzidas três teorias, ou famílias de teorias, salientes do conteúdo proposicional: intensionalismo modal, referencialismo e cognitivismo. São criticamente examinados os respectivos prós e contras e opta-se por uma versão de cognitivismo no qual os modos de apresentação postulados são exteriores ao conteúdo proposicional, podendo assim depender de características do mundo, mas são ao mesmo tempo semanticamente (em contraste com apenas pragmaticamente) operativos.

Palavras-chave

Proposição, modo de apresentação, referência, referencialismo, Fregeanismo.

Abstract

This article introduces, in a detailed way, the problems of propositional content, linguistic and mental, with a special focus on the variety of singular content, content irreducibly about a specific object. Three salient theories, or families of theories, of propositional content are also introduced: modal intensionalism, referentialism and cognitivism. The associated pros and cons are critically examined and, as a result, we favour a version of cognitivism on which the postulated modes of presentation are both external to propositional content, possibly depending thus on worldly features, and semantically (as opposed to pragmatically only) operative.

Keywords

Proposition, mode of presentation, reference, referentialism, Fregeanism.

Conteúdo Proposicional¹

1 Os problemas

Quero discutir dois problemas interessantes da filosofia da linguagem e da mente, problemas entre os quais existem conexões estreitas e os quais, por isso, são susceptíveis de ser confundidos. Tratarei igualmente de algumas das suas ramificações mais importantes. É conveniente introduzir rótulos, pelo que usarei para o efeito as seguintes designações: **(1)** Problema do Conteúdo Linguístico; **(2)** Problema do Conteúdo Mental.

A ênfase é colocada naquela variedade de conteúdo conhecida como conteúdo **singular**, a qual se distingue por ser susceptível de gerar um elevado nível de controvérsia filosófica. Numa formulação inicial, e apesar de a própria noção não estar inteiramente livre de polémica, um conteúdo proposicional – de uma frase, de uma afirmação, de uma suposição, de uma crença, de um juízo, etc. – é **singular** no sentido em que de algum modo se refere a, ou é irreduzivelmente acerca de, **um e um só** objecto ou indivíduo.² Cada um dos habituais itens tridimensionais que povoam o nosso quotidiano – pessoas, artefactos, planetas, cidades, etc. – é um caso típico daquilo que queremos dizer quando falamos aqui de indivíduos. Conteúdos singulares opõem-se deste modo a conteúdos **gerais**, conteúdos que não são acerca de nenhum objecto ou indivíduo em particular. Assim, o conteúdo de uma frase como 'A minha vizinha é anoréxica' é intuitivamente classificável como singular, e o de uma frase como 'Muitas jovens de 18 anos são anoréxicas' como geral; e o mesmo se pode

¹ Fiz neste artigo uso de algum material contido em Branquinho (1996) e Branquinho (2016). A exposição oscila entre um nível elementar e um nível relativamente avançado. Consoante a sua familiaridade anterior com os tópicos, o leitor saberá certamente escolher as partes relevantes do material.

² Uso o termo 'indivíduo' da maneira que é familiar em lógica, no sentido em que se diz, por exemplo, que o domínio de uma interpretação de uma linguagem de primeira ordem é um conjunto de indivíduos. Indivíduos são objectos de nível zero, por oposição a propriedades ou classes, os quais são objectos de nível igual ou superior a um; indivíduos caracterizam-se por não terem quaisquer elementos (no sentido da teoria dos conjuntos, e não no sentido da mereologia), e por não serem predicáveis do que quer que seja.

dizer dos conteúdos de crenças ou juízos linguisticamente manifestáveis através do emprego das frases em questão. Note-se que, na caracterização dada, o conteúdo de uma frase como 'Muitas jovens de 18 anos são como a minha vizinha' é classificável como singular, e não como um conteúdo híbrido ou misto.

Uma das questões que desejo destacar como central para a nossa discussão é a seguinte:³

(Q) Que género de função deve ser atribuída a um designador ou termo singular⁴ – por exemplo, um nome próprio como 'Vénus', uma expressão demonstrativa singular como 'Aquele planeta', uma descrição definida singular como 'O segundo planeta do sistema solar' – na fixação ou determinação do **conteúdo** de uma elocução,⁵ ou de uma inscrição, de uma frase arbitrária em que a expressão possa ocorrer?

Assume-se, pelo menos para os nossos fins imediatos, que designadores das categorias indicadas são dispositivos linguísticos que permitem, pelo menos em alguns usos, exprimir conteúdos singulares no sentido acima mencionado.

³ Certas restrições e precisões relativamente à presente formulação do problema são introduzidas um pouco mais adiante.

⁴ As expressões 'termo singular' (habitual em lógica) e 'designador' (usada por Saul Kripke – 1980: 24 e seguintes) serão, ao longo deste artigo, empregues como equivalentes (se bem que seja possível estabelecer entre elas certas distinções). Sumariamente, um termo singular é qualquer expressão de uma linguagem natural que possa ser usada por um falante com o propósito de seleccionar ou identificar um e um só item ou objecto particular; este género de caracterização é consistente com o facto de aquilo que é um termo singular poder ter usos em que não tem aquela função – por exemplo, o sintagma nominal 'A baleia' ocorre como termo singular na frase 'Achab lutou durante horas com a baleia', mas não ocorre como tal na frase 'A baleia é um mamífero'. A inclusão de descrições definidas singulares na categoria dos designadores, apesar de bastante comum e de ser aqui provisoriamente assumida, é polémica.

⁵ Uso os termos 'elocução' e 'inscrição' no sentido habitual de (respectivamente) palavras faladas e palavras escritas. Na verdade, os termos são ambíguos no sentido da ambiguidade acto/objecto. Para simplificar a exposição, usarei daqui em diante apenas o termo 'elocução' para cobrir os dois casos.

É conveniente introduzir agora algumas noções, distinções e princípios básicos cujo propósito é o de nos auxiliarem a adquirir uma ideia mais clara daquilo que se tem em mente com a questão (**Q**).

Para começar, em pelo menos um significado da palavra 'significado',⁶ colocar a questão (**Q**) é equivalente a perguntar pela contribuição de um termo singular para a determinação do significado de uma elocução de uma frase que o contenha. Entende-se por **significado** ou **conteúdo**⁷ de uma elocução de uma frase declarativa, num determinado contexto, aquilo que é dito ou afirmado através da elocução da frase no contexto em questão. Como, por vezes, mais do que uma coisa é assim dita ou afirmada, aquilo que se tem em mente quando se fala no conteúdo de uma elocução é, naturalmente, aquilo que é nela literalmente dito ou afirmado. E entende-se aqui por **contexto** de uma elocução de uma frase um determinado conjunto de circunstâncias **extralinguísticas** que rodeiam a elocução da frase. Tais circunstâncias incluem normalmente, e no mínimo, os seguintes parâmetros: o agente da elocução (o falante ou locutor); o tempo, ou o intervalo de tempo, em que a elocução ocorre; o local da elocução; a audiência da elocução; e, caso queiramos usar o conveniente aparato da semântica de mundos possíveis, o mundo possível da elocução (o qual é, por defeito, o mundo actual ou real). É bom reparar que um contexto neste sentido se deve assim distinguir daquilo a que se costuma chamar o contexto linguístico de uma palavra ou de uma frase, ou seja, o segmento de discurso que rodeia a palavra ou a frase em questão. Trata-se daquilo que se tem em mente quando, por exemplo, se diz que a frase 'Deus existe' ocorre num contexto intensional ao ocorrer numa frase como 'O Papa pensa que Deus existe'; ou quando, por exemplo, se diz que a palavra 'sueco' ocorre no contexto de uma frase genérica ao ocorrer na frase 'Os suecos são altos'.

Naturalmente, supõe-se em (**Q**) que o significado de um designador é completamente especificado ao ser especificada a sua contribuição sistemática para o significado, relativamente a contextos de uso

6 Utilizo 'significado' como contraparte portuguesa do termo inglês 'meaning'; e reservo 'sentido' para o termo inglês 'sense' e para o alemão 'sinn' tal como usados no contexto técnico de uma semântica Fregeana.

7 Esta construção intuitiva da noção de conteúdo ou significado deve-se a David Kaplan e é aquela que será utilizada ao longo deste ensaio. Ver Kaplan (1988a).

dados, de frases em que possa ocorrer. Neste sentido, a noção tomada como primária é a noção de significado de uma frase, ou melhor, de uma frase enquanto dita, escrita, etc., num dado contexto; e a noção de significado de uma palavra, ou de uma expressão subfrásica em geral, é vista como uma noção subordinada ou parasitária, no sentido de uma noção necessariamente caracterizável em termos daquela noção.

De notar que só superficialmente existe um conflito entre, de um lado, esta ideia, a ideia de que o significado de uma palavra – ou, em geral, de uma unidade subfrásica – é inteiramente dado na sua contribuição para o significado de uma frase na qual ocorra, e, do outro lado, o princípio, igualmente razoável, segundo o qual o significado frásico é composicional. De uma forma aproximada, este último princípio estabelece que o significado de uma frase é inteiramente determinado pelo significado das palavras, ou unidades subfrásicas, que a compõem, e pela sintaxe da frase. Por outras palavras, o princípio estabelece que qualquer alteração no significado de uma frase dada é gerada por uma das seguintes duas coisas (ou ambas): (i) uma alteração produzida ao nível do significado de pelo menos uma das expressões constituintes – é este aspecto que está operativo quando distinguimos entre os significados de frases como 'Manuel insultou Joaquim e berrou com João' e 'Manuel criticou Joaquim e berrou com João'; (ii) uma alteração produzida ao nível do modo de combinação dessas expressões na frase – é este aspecto que está operativo quando distinguimos entre os significados de frases como 'Manuel insultou Joaquim' e 'Joaquim insultou Manuel'.

A primeira ideia acima mencionada pode ser considerada como uma versão do famoso **Princípio do Contexto de Frege**. Este é a tese de que uma palavra ou expressão só tem significado no contexto de uma frase. Por outras palavras, trata-se da tese de que o significado frásico é, conceptual e metodologicamente, prioritário.⁸ A pretensão subjacente, a qual parece ser bastante razoável, é a de que as frases são, numa linguagem, as unidades mínimas de comunicação: é através

⁸ A ideia deixa-se captar pelo Princípio do Contexto desde que este seja tomado numa certa interpretação, designadamente como um princípio acerca do significado ou conteúdo. Ver Frege (1992: 34).

delas, e só através delas, que algo de completo pode ser comunicado através da linguagem, que um acto linguístico total pode ser executado.⁹

Quanto à segunda ideia acima mencionada, o **Princípio da Composicionalidade** do significado frásico, ela justifica-se – entre outras coisas – com base no facto de tornar possível a explicação de propriedades reconhecidamente importantes de diversos sistemas linguísticos, em especial das línguas naturais. Entre essas propriedades estão notoriamente as seguintes duas. (i) A propriedade da infinitude, ou seja, o facto de as línguas naturais conterem um número potencialmente infinito de frases dotadas de significado. Trata-se aqui de frases no sentido de frases-tipo, pois a propriedade da infinitude é trivialmente satisfeita no caso de frases-espécime: para cada frase-tipo, há infinitamente muitas frases-espécime que a exemplificam. (ii) A propriedade da criatividade ou novidade, ou seja, o facto de um falante competente de uma língua natural estar invariavelmente em posição de compreender (apreender o significado) ou produzir com compreensão, numa dada ocasião, uma frase nunca antes por ele proferida, vista ou ouvida. Estas duas propriedades são frequentemente confundidas. Todavia, há que distinguir entre elas, pela simples razão de que, apesar de linguagens infinitas não poderem deixar de ser criativas, linguagens finitas podem bem ser criativas.¹⁰ Acerca dessas propriedades – bem como acerca de outras propriedades da mesma família, como por exemplo a sistematicidade¹¹ – a pretensão subjacente é a de que o princípio da composicionalidade nos dá a

⁹ Casos em que isso é aparentemente feito através de uma única palavra, por exemplo através da palavra 'Amanhã' usada como resposta à pergunta 'Quando é que fazes anos?', não constituem contra-exemplos genuínos à pretensão; a palavra deve ser aí tomada como uma abreviatura conveniente de uma frase completa ('Eu faço anos amanhã').

¹⁰ Ver a este respeito o ensaio de Evans (1985, em especial 326-328).

¹¹ Esta é a propriedade que uma linguagem possui quando a capacidade que os seus utentes têm de compreender ou usar certas frases está intrinsecamente conectada com a sua capacidade de compreender ou usar muitas outras frases. Um falante não pode estar em posição de compreender a frase 'O João detesta a Maria mas gosta da Joana' sem compreender uma série de outras frases, por exemplo 'A Joana gosta da Maria mas detesta o João', 'A Maria detesta o João mas gosta da Joana', 'O João detesta a Joana mas gosta da Maria', etc. Ver Fodor (1988: 135-154).

melhor explicação possível da sua posse pelos sistemas linguísticos que as possuem.

Regressando à alegada tensão entre as duas ideias, os princípios do Contexto e da Composicionalidade, a observação que deve ser feita a esse respeito é do seguinte teor: na pior das hipóteses, se os princípios dessem de facto origem a um círculo de ideias, o que não é de todo claro, então seria certamente um círculo informativo ou virtuoso. Não parece assim haver qualquer obstáculo à sua adopção conjunta. Por outro lado, embora os princípios tenham sido aqui e ali objecto de crítica, sobretudo o da composicionalidade,¹² tomo a evidência separadamente existente a favor de cada um deles como recomendando que eles sejam simplesmente assumidos na discussão subsequente.

2 Proposições

É habitual utilizar o termo 'proposição' para descrever, de forma genérica e teoricamente não muito comprometida, o tipo de valor semântico, conteúdo ou significado atribuível a frases.

Proposições (significados frásicos, valores semânticos de frases) têm plausivelmente a propriedade de determinar em geral as suas próprias condições de verdade, no sentido de fixarem conjuntos de situações – actuais ou meramente contrafactuais – cuja verificação é suficiente e necessária para as proposições serem verdadeiras. De facto, dada uma especificação de uma proposição qualquer, é possível dela extrair uma especificação das condições sob as quais ela é verdadeira; dada a proposição **que Teeteto voa**, por exemplo, estão dadas as suas condições de verdade, ou seja, a circunstância de que essa proposição é verdadeira com respeito a um mundo possível se, e somente se, Teeteto existe nesse mundo e a propriedade de voar é dele predicável no mundo em questão.

Consequentemente, podemos equivalentemente caracterizar o problema do conteúdo de designadores como sendo o problema de especificar a contribuição de cada uma dessas expressões para fixar

¹² Stephen Schiffer é um dos mais salientes críticos da composicionalidade. Ver Schiffer (1987, Capítulos 7 e 8).

as condições de verdade da proposição expressa, relativamente a um dado contexto, por uma elocução de uma frase que a contenha.

Segundo alguns pontos de vista de natureza extensionalista, a proposição literalmente contida numa elocução de uma frase declarativa num contexto é simplesmente identificada com as condições de verdade atribuíveis à frase no contexto. Uma elocução da frase 'A Joana é alta' tem as mesmas condições de verdade do que uma elocução da frase 'Se $2+2 = 4$, então a Joana é alta': ambas são tornadas verdadeiras por aquelas, e só por aquelas, situações nas quais a Joana existe e é alta. Logo, de acordo com tais pontos de vista, a mesma proposição seria expressa por ambas as elocuições. Todavia, podemos querer distinguir entre as proposições expressas pelas elocuições em questão, por exemplo com base em considerações relativas à estrutura interna das proposições: uma é uma proposição condicional, a outra é uma predicação simples. Ora, é razoável não comprometer à partida a nossa discussão com qualquer ponto de vista particular acerca do conteúdo proposicional. Por isso, é razoável não bloquear à partida a possibilidade de as noções de **proposição** e **condições de verdade** não serem co-extensionais. É assim razoável contemplar (para dizer o mínimo) uma noção de proposição que seja de alguma maneira mais fina ou robusta do que aquela que é empregue nas posições referencialistas discutidas mais adiante, uma noção na qual seja possível a proposições diferentes (e.g., as acima referidas) corresponderem as mesmas condições de verdade. Em todo o caso, quer se opte pela identificação quer não, é preservada a ideia de que uma proposição determina certas condições de verdade; se estas forem a mesma coisa, então a determinação é trivial.

Tal como descrito através do conjunto precedente de observações, o tópico do conteúdo singular, ou da proposição singular, é um tópico de importância para a semântica, e, em especial, para a área dos **fundamentos da semântica**.¹³

¹³ É útil a este respeito a distinção feita por Ned Block (1998: 242) entre Semântica Metafísica e Semântica Linguística. Ver também Fodor and Lepore (1991: 328. 3). O tópico da natureza do significado frásico, ou da proposição, continua a ser objecto de discussão intensa na Filosofia da Linguagem mais recente. Ver a este respeito o volume King, Soames and Speaks (eds.) (2014), em especial o artigo de Soames (9-24), "Why the Traditional Conceptions of Propositions Can't be Correct".

Vamos agora introduzir um conjunto de ênfases e restrições importantes relativas aos dispositivos linguísticos a considerar do ponto de vista do tópico do conteúdo linguístico tal como expresso na questão **(Q)**. Há basicamente três observações a fazer.

(1) Por razões de carácter simultaneamente teórico e dialéctico, queremos dar uma atenção especial a designadores que sejam logicamente simples, no sentido de expressões logicamente não-complexas. Estas são expressões que não possuem qualquer estrutura interna que seja relevante para fins de especificação de um objecto como referência. A qualificação da simplicidade em questão como lógica é necessária pelas seguintes razões. Primeiro, há termos singulares sintaticamente complexos cuja complexidade não é, no entanto, lógica; a expressão 'A Estrela da Manhã' é um exemplo disso: se a complexidade fosse lógica, a expressão não poderia ser de todo usada para designar o planeta Vénus. Segundo, há termos singulares logicamente complexos cuja complexidade não é, no entanto, sintáctica; o nome 'Deus', tal como usado na teologia ocidental, poderia ser um exemplo disso, se assumirmos que se trata de uma simples abreviatura de uma descrição complexa que incorpore os atributos divinos tradicionais (e.g., uma descrição como 'O ser onnipotente, onnisciente, do qual nada de mais perfeito pode ser concebido, ...').

As razões de carácter dialéctico são basicamente as de que, em algum contraste com a semântica descritiva para termos singulares complexos, a semântica descritiva para termos singulares simples é uma área onde o nível de controvérsia filosófica tem sido extremamente elevado, onde há muito pouco (ou mesmo nenhum) consenso, e onde é importante tentar resolver a disputa e chegar a uma posição satisfatória. Para se fazer uma ideia imediata do grau de polémica atingido na área, basta dizer que não há sequer um consenso acerca de uma coisa aparentemente tão simples como o conteúdo a atribuir a uma predicação básica como 'Rover é um cão'. As razões de carácter teórico são basicamente as de que os problemas filosóficos mais profundos da semântica descritiva para designadores complexos parecem deixar-se reduzir, pelo menos se nos concentrarmos no caso de designadores descritivos, ao problema do valor semântico a atribuir a predicados logicamente simples.

(2) Por outro lado, queremos focar a nossa atenção no caso de termos singulares não-vazios ou não-vácuos, no sentido de expressões

invariavelmente tomadas como empregues em contextos nos quais o propósito de designar algo não seja frustrado. Com efeito, a consideração de termos vácuos ou vazios introduz uma série de dificuldades específicas bem conhecidas, as quais transcendem o âmbito intencionado para este ensaio. A complexidade do tópico do conteúdo singular já é suficientemente grande com respeito a casos em que a condição de referência ou designação é satisfeita, de modo que só *en passant* é que consideraremos casos em que a condição não é satisfeita.

Assim, em relação ao primeiro tipo de ênfase, a intensidade da nossa atenção será maior com respeito a designadores como 'Roma', 'Mário Soares', e 'A Estrela da Manhã'; e será consideravelmente menor com respeito a designadores como 'A queda do império romano', 'O Presidente da República Portuguesa em 1996' e 'O homem que matou Liberty Valance'.¹⁴ Em relação ao segundo tipo de ênfase, a intensidade da nossa atenção será maior com respeito a designadores como 'Péricles', 'A capital de Portugal', e 'O número par primo'; e será consideravelmente menor com respeito a designadores como 'O maior número par', 'Ulisses' e 'Tróia' (considerando estes dois últimos nomes próprios como empregues no contexto da mitologia grega).¹⁵

(3) Finalmente, limitar-nos-emos a considerar ocorrências usadas, em contraste com ocorrências mencionadas, de termos singulares em frases. A distinção entre uso e menção é relativamente clara e um exemplo simples é suficiente para a introduzir. Para mencionar uma pessoa, digamos Marcelo Rebelo de Sousa, e dizer algo acerca dela, digamos que é um animal político, é usado um termo singular que a designe, por exemplo o nome próprio pessoal 'Marcelo Rebelo de Sousa', numa frase como 'Marcelo Rebelo de Sousa é um animal político'. Para mencionar uma palavra, digamos 'gato', e dizer algo acerca dela, digamos que é uma palavra portuguesa que se aplica a gatos e só a gatos, é usado um termo singular que a designe, por exemplo uma citação da palavra, numa frase como '«gato» aplica-se

¹⁴ Supondo que as primeiras, apesar de sintaticamente simples, não são logicamente complexas; e que as segundas, apesar de sintaticamente complexas, não são logicamente simples.

¹⁵ Considerações simétricas às primeiras acima feitas, mas não às segundas, aplicam-se igualmente a termos gerais e outros predicados.

a um animal quando e só quando se trata de um gato'. Note-se que, na última frase, 'gato' tem duas ocorrências, sendo a primeira uma ocorrência mencionada e a segunda uma ocorrência usada; quanto à citação, "gato", ela tem apenas uma ocorrência, usada. Na frase 'O Presidente da República Portuguesa em 1996 chamava-se «Mário Soares»', uma citação do nome 'Mário Soares' é usada, e, assim, o nome 'Mário Soares' é mencionado; também se pode dizer que o indivíduo Mário Soares é igualmente mencionado na frase, mas, na melhor das hipóteses, através da descrição definida 'O Presidente da República Portuguesa em 1996', não através do nome 'Mário Soares'. Em suma, estaremos interessados em certas propriedades semânticas de um nome próprio como 'Joana' tal como ocorre em frases como 'A Joana é fixe' e 'O Manuel acredita que a Joana o quer tramar', mas não em ocorrências do nome em frases como '«Joana» contém duas ocorrências da letra **a**' e '«Mário» leva um acento agudo no **a**'.¹⁶ A razão deste género de restrição é, basicamente, a de que a semântica descritiva da menção parece ser, pelo menos no caso de termos singulares, talvez menos problemática do que a semântica descritiva do uso; ou, pelo menos, suscita problemas de natureza completamente diversa e que merecem assim um tratamento separado.

3 Conteúdo linguístico

Mencionadas estas ênfases e limitações, eis uma ilustração do nosso problema (**Q**), ao qual chamarei oficialmente **Problema do Conteúdo Linguístico** para designadores, bem como para outras expressões subfrásicas e para frases completas que as contenham. Suponha-se que, de um modo sincero e afirmativo, eu digo o seguinte num certo contexto (por exemplo, ao dar a uma criança de sete anos uma explicação simples acerca dos tamanhos relativos dos planetas do sistema solar): **Vénus é maior que Mercúrio**. Supõe-se, naturalmente, que os designadores (os nomes próprios) 'Vénus' e 'Mercúrio' são por mim empregues, no contexto visado, com a referência que lhes é aí convencionalmente atribuída, isto é, como meios de designar os planetas Vénus e Mercúrio; e não como meios de designar, por

¹⁶ Considerações simétricas a estas aplicam-se igualmente a termos gerais e outros predicados.

exemplo, os cocker spaniel do meu vizinho (os quais sucede terem precisamente aqueles nomes), ou um certo par de deuses do panteão romano. Qual é então o valor semântico dos nomes próprios? O que é contribuído pelos nomes para o conteúdo da minha elocução, ou seja, para aquilo que é literalmente dito ou afirmado por mim relativamente ao contexto em questão? E como é que deve ser concebido o significado total da minha elocução no contexto? Entre outras coisas, o que é que é contribuído pelo material restante contido na frase, designadamente pela expressão relacional (ou predicado diádico) 'é maior que'?

Alternativamente, e recorrendo a uma terminologia relativamente mais técnica já antes utilizada, o mesmo problema pode ser posto do seguinte modo. Qual é a contribuição dos nomes próprios para a identificação da **proposição** expressa pela minha elocução daquela frase declarativa portuguesa com respeito ao contexto? De um ponto de vista intuitivo, é natural pensar no conteúdo semântico da minha elocução como consistindo num certo fragmento de informação,¹⁷ no caso informação correcta, acerca de um determinado estado de coisas extralinguístico. Qual é então o fragmento de informação literalmente transmitida pelo meu uso da frase 'Vénus é maior que Mercúrio' no contexto?¹⁸ E qual é o papel dos nomes intervenientes na determinação dessa informação?

Repare-se que, num certo sentido, é fácil especificar tal informação; e, portanto, o problema não é (só) esse. Trata-se simplesmente da informação **que Vénus é maior do que Mercúrio**; ou da proposição **que Vénus é maior do que Mercúrio**, se se quiser identificar – o que é habitual fazer – a informação estritamente contida num uso de uma frase com a proposição por ela literalmente expressa

17 Num certo sentido, não-técnico, do termo 'informação'. Em particular, este uso do termo deve ser liminarmente distinguido daquele que ocorre no âmbito da chamada teoria da informação.

18 A qualificação introduzida pelo advérbio de modo é importante, uma vez que uma e a mesma elocução de uma frase num contexto dado pode igualmente exprimir outras proposições, ou transmitir outra informação, proposições e informação que não estão estritamente contidas na frase; por exemplo, aquela minha elocução poderia ser igualmente vista como transmitindo também a informação de que eu, o locutor, sou um falante da língua portuguesa, a informação de que há bandidos por perto, etc.

no contexto. Em muitos casos,¹⁹ se nos é dada uma frase declarativa **S**, então podemos especificar de forma canónica a proposição por ela literalmente expressa, ou a informação nela estritamente contida, da seguinte maneira. Basta prefixar a **S** o operador monádico²⁰ 'A proposição que', e aquilo que obtemos é um termo singular complexo, 'A proposição **que S**', o qual denota a proposição em questão. Assim, a proposição tipicamente expressa por um uso da frase portuguesa 'A neve é branca' é simplesmente a proposição **que a neve é branca**; a proposição tipicamente expressa por um uso da frase portuguesa 'A Joana é boa' é a proposição **que a Joana é boa**; e a proposição tipicamente expressa por um uso da frase inglesa 'The cat is on the mat' é a proposição **que o gato está no tapete**.

No entanto, isso não é dizer nada – ou melhor, não é dizer muita coisa – acerca das proposições expressas, acerca da natureza e identidade de tais proposições. Considere-se uma minha elocução num certo contexto, o qual pode ser o mesmo do que o atrás descrito, da frase 'A Estrela da Manhã é maior que Mercúrio', ou da frase 'O segundo planeta do sistema solar é maior que Mercúrio', ou ainda da frase 'Aquilo [aponta-se para Vénus] é maior que Mercúrio'. São os fragmentos de informação contidos nestas frases, ou as proposições por elas expressas (relativamente aos contextos de uso), assimiláveis à informação **que Vénus é maior que Mercúrio**, ou à proposição **que Vénus é maior que Mercúrio**? Quantas proposições há aqui? Como é que se contam proposições deste género? Repare-se que as frases em questão apenas diferem umas das outras pelo facto de conterem, no mesmo ponto da sua estrutura interna, termos singulares distintos que possuem, no entanto, o mesmo valor referencial; com efeito, nome próprio, descrição definida singular, e pronome demonstrativo são todos empregues, nos contextos em questão, para referir o planeta Vénus. É a identidade das proposições expressas sensível apenas a essa constância de valor referencial? Ou será igualmente sensível à variação nos meios linguísticos empregues para as exprimir, ou nos ingredientes conceptuais envolvidos?

19 Mas não em todos; considere-se, por exemplo, o caso de uma frase indexical como 'Eu tenho frio'.

20 Sintaticamente, trata-se de um operador que recebe uma frase como argumento e gera, como valor para esse argumento, um termo complexo.

4 Conteúdo mental

Voltemo-nos agora para a questão (2) da nossa lista inicial, o tópico do conteúdo mental. Começamos por reparar que um problema no mínimo análogo ao problema do conteúdo linguístico pode ser formulado, da maneira que abaixo se sugere, como um problema na filosofia da mente e do pensamento, um problema acerca do conteúdo semântico de uma diversidade de estados mentais ou psicológicos (os quais, por sinal, podem nunca vir a ter qualquer espécie de manifestação linguística ou verbal).

Considere-se o estado ou o evento mental em que eu estou quando acredito, penso, ou julgo, que Vénus é maior que Mercúrio. Qual é o conteúdo, ou o significado, de tal estado ou evento mental, no sentido de aquilo que é acreditado, pensado ou julgado? Ou então considere-se o estado ou o evento mental em que eu estou quando duvido que Vénus seja maior que Mercúrio, ou quando me pergunto se Vénus é maior que Mercúrio. Qual é o conteúdo, ou o significado, de tal estado ou evento mental, no sentido de aquilo que é duvidado, ou inquirido?²¹

Podemos estar naturalmente inclinados a identificar o conteúdo semântico da minha crença de que Vénus é maior que Mercúrio com o conteúdo semântico a atribuir à minha elocução da frase portuguesa 'Vénus é maior que Mercúrio', e logo com a proposição por ela literalmente expressa, ou com a informação nela estritamente contida, relativamente ao contexto sob consideração. Deste modo, supondo que há aqui apenas uma dessas proposições, a proposição **que Vénus é maior que Mercúrio** serviria simultaneamente de conteúdo linguístico, para a elocução, e de conteúdo mental, para a crença; dito de outra maneira, a pretensão seria a de que essa proposição

21 Naquilo que se segue, e por uma questão de conveniência, crenças e pensamentos são tomados como estados mentais representativos ou paradigmáticos. Note-se que os termos 'crença' e 'pensamento', bem como outros termos mentais, sofrem da chamada ambiguidade acto-objecto; assim, o termo 'pensamento' pode ser interpretado de duas maneiras: (a) no sentido do acto de pensar; (b) no sentido do seu produto ou resultado, ou seja, aquilo que é pensado. Excepto nos casos em que há uma indicação explícita em sentido contrário, ou quando o contrário é sugerido pelo contexto, usarei os termos no sentido (a).

seria conjuntamente o significado do evento linguístico, da elocução, e o significado do estado mental, da crença.

Se quisermos ser mais cuidadosos, ou mais sofisticados (ou ambas as coisas), podemos reformular aquela pretensão como sendo uma pretensão no sentido de uma identificação de proposições as quais, no entanto, se reconhece serem apresentadas de maneiras distintas ou vistas sob diferentes aspectos. Assim, a pretensão seria a de que a proposição **que Vénus é maior que Mercúrio** tomada enquanto quanto conteúdo linguístico e a proposição **que Vénus é maior que Mercúrio** tomada enquanto conteúdo mental são afinal uma e a mesma proposição (diferentes aspectos ou maneiras de ver, mas uma única coisa). Reformulada desta maneira, a assimilação proposta de conteúdos ganharia o estatuto de uma identidade não trivial e informativa, do mesmo género da identificação da água pura com o composto químico H_2O ou da identificação da Estrela da Manhã (Vénus vista ao amanhecer) com a Estrela da Tarde (Vénus vista ao entardecer).

Se esta pretensão fosse correcta, então os nossos problemas (1) e (2) poderiam ser reduzidos a um único problema, muito embora este fosse visto, em cada caso, a partir de um ângulo diferente. Ora, sucede que algumas considerações podem ser, e têm sido, avançadas com vista a estabelecer a correcção de uma tal pretensão. Vejamos três desses argumentos.

Em primeiro lugar, repare-se que é justamente aquela frase portuguesa, a frase 'Vénus é maior que Mercúrio', que é utilizada para especificar o conteúdo da minha crença, como sendo a crença de que Vénus é maior que Mercúrio. E pode-se argumentar que tal facto está longe de ser uma mera coincidência. Com efeito, em circunstâncias normais, se eu quiser manifestar linguisticamente aquela crença, aquilo que faço – na minha qualidade de falante nativo do português – é simplesmente produzir uma elocução afirmativa da frase 'Vénus é maior que Mercúrio'. Conversamente, em circunstâncias normais (de sinceridade, etc.), a produção por mim de uma tal elocução exprimirá automaticamente o estado mental em questão. O chamado **Paradoxo de Moore**, exemplificado pela circunstância de alguém dizer o seguinte 'Está chover; mas eu não acredito', ilustra bem esta conexão entre acto de fala, no caso uma afirmação, e estado mental expresso, no caso uma crença. Apesar de a conexão em questão não

ser de natureza lógica ou conceptual, pois uma frase daquele género não exprime, pelo menos à primeira vista, uma falsidade lógica (como 'Está e não está a chover') ou uma impossibilidade conceptual (como 'este líquido inodoro tem um cheiro desagradável'), mas sim de carácter pragmático (ou mesmo nomológico), ela parece ser em todo o caso suficiente para justificar aquela nossa pretensão.

Em segundo lugar, argumenta-se que o conteúdo do meu estado mental e o conteúdo da minha elocução têm em comum propriedades semânticas importantes. E, embora da simples partilha de propriedades importantes por itens dados, não se siga de modo algum a sua identidade, o facto é considerado como extremamente sugestivo. Em especial, observe-se que tais conteúdos têm condições de verdade coincidentes: ambas as proposições são verdadeiras se, e somente se, o mesmo estado de coisas possível - **Vénus ser maior que Mercúrio** - se actualizar, um estado de coisas que é certamente extralinguístico e independente da mente;²² e ambas as proposições são acerca dos mesmos objectos, os dois planetas, objectos igualmente extralinguísticos e independentes da mente. Para além disso, crença e elocução herdaram dos respectivos conteúdos a propriedade de terem um certo valor de verdade: tal como a minha crença é verdadeira em virtude de o seu conteúdo – aquilo que é acreditado – ser verdadeiro, também a minha elocução é verdadeira em virtude de o seu conteúdo – aquilo que é afirmado – ser verdadeiro.

Em terceiro lugar, argumenta-se que há inferências intuitivamente válidas que apenas podem ser reconhecidas como tal na base de uma identificação de conteúdo linguístico e conteúdo mental, na base de um discernimento de conteúdos que sejam comuns a actos linguísticos (elocuições) e a episódios mentais (crenças, pensamentos, juízos). Eis um exemplo de uma dessas inferências:

1. **O João acredita em tudo aquilo que a Joana diz.**
2. **A Joana disse o seguinte: 'Há sereias na Praia do Meco'.**
3. **Logo, o João acredita que há sereias na Praia do Meco.**

Alega-se que a validade da inferência só pode ser acomodada através de uma identificação estrita do conteúdo da crença do João com o

²² A menos que queiramos subscrever alguma forma extrema e implausível de idealismo acerca do mundo exterior!

conteúdo da elocução da Joana. Com efeito, a validade de inferências deste género deixa-se explicar pelo facto de as conclusões serem obtidas das premissas em dois estádios: primeiro, através de uma aplicação da regra da eliminação do quantificador universal; e depois através de uma aplicação de *Modus Ponens*. Ou seja, as inferências em questão deixam-se subsumir no padrão válido da lógica de primeira ordem $\forall y \forall z \forall x (Dyx \rightarrow Azx), Dba \therefore Aca$. Aqui, as variáveis y, z tomam valores em falantes/sujeitos de estados mentais, a variável x em conteúdos (os quais têm de ser simultaneamente de elocuições e estados mentais), os predicados diádicos **D** e **A** denotam as relações de **Dizer** e **Crença** (as quais obtêm entre falantes/sujeitos de estados mentais e conteúdos, aquilo que é por eles dito ou acreditado), e a, b, c são constantes individuais com interpretações apropriadas.

Dito isto, é necessário, no entanto, mencionar a existência de uma diferença importante entre, de um lado, a natureza da relação estabelecida entre o evento linguístico – a elocução – e o seu conteúdo semântico, e, do outro lado, a natureza da relação entre o estado mental – a crença – e o seu conteúdo semântico. Essa diferença diz respeito à natureza contingente ou não da relação em questão. Mas, antes de o fazer, introduzamos mais algumas noções importantes e úteis para fins ulteriores.

Chamemos à relação entre uma elocução de uma frase e o seu conteúdo a relação de **significado linguístico**; os *relata* da relação são assim elocuições de frases (em contextos dados) e proposições. E chamemos à relação entre um estado mental e o seu conteúdo a relação de **significado mental**; os *relata* da relação são assim estados mentais (e.g., crenças) e proposições.

Ramificações importantes dos problemas do conteúdo linguístico e do conteúdo mental são então, respectivamente, os seguintes problemas:

- (3) O problema de explicar a natureza da relação de significado linguístico, ou seja, de explicar como é que elocuições de frases têm os conteúdos semânticos que de facto têm, de explicar em virtude de que género de factores é que elas têm esses conteúdos.

- (4) O problema de explicar a natureza da relação de significado mental, ou seja, de explicar como é que estados mentais intencionais têm os conteúdos semânticos que de facto têm, de explicar em virtude de que género de factores é que eles têm esses conteúdos.

Uma ilustração do problema (3) é a seguinte. É um facto que a minha elocução presente da frase 'O gato está deitado no tapete' significa que o gato está deitado no tapete, exprime a proposição que o gato está no tapete, tem determinadas condições de verdade (é verdadeira se e só se o gato está deitado no tapete), etc. Como é que estes factos semânticos devem ser explicados? Uma ilustração do problema (4) é a seguinte. É um facto que o meu pensamento ocorrente de que o gato está deitado no tapete significa que o gato está deitado no tapete, tem como conteúdo a proposição que o gato está no tapete, tem determinadas condições de verdade (é verdadeiro se e só se o gato está deitado no tapete), etc. Como é que estes factos semânticos devem ser explicados?

Naturalmente, supõe-se – e esta suposição está longe de ser incontroversa – que os factos semânticos envolvidos nas duas relações não são de todo factos brutos ou primitivos, irredutíveis a qualquer tipo de análise, mas são antes susceptíveis de uma explicação em termos de factos de outro género, em termos de factos de algum modo mais básicos; e a presunção comum a este respeito é a de que a semântica é naturalizável, devendo tais factos mais básicos ser de alguma forma factos naturais (e.g., factos físicos ou factos biológicos). Para além disso, argumenta-se em certos pontos de vista – os quais parecem ser hoje preponderantes (embora não consensuais) – que uma resposta para o problema (3) deve ser vista como parasitária em relação a uma resposta para o problema (4).²³ A tese é aqui a de que a noção de significado linguístico é, do ponto de vista da explicação, derivada com respeito à noção de significado mental. A ideia geral é a de que uma elocução tem o conteúdo que tem porque é a expressão típica de um determinado estado mental em que o falante está, o qual tem precisamente esse conteúdo; este género de redução pressupõe deste modo a identificação de conteúdo mental e conteúdo semântico.

23 Ver Searle (1983).

Naturalmente, se esta ideia – à qual podemos chamar Tese da Prioridade do Mental – for plausível, então ficamos aqui com um único facto por explicar, em vez de dois.

Teremos a oportunidade de regressar mais adiante às ramificações (3) e (4) do problema do conteúdo. Por agora, interessa observar o seguinte, de modo a exhibir a assimetria acima aludida entre as duas relações de significado: enquanto que a relação de significado linguístico é uma relação contingente, a relação de significado mental não o é.²⁴ Vejamos como.

Digamos que uma relação (binária) **R** é contingente ou não-rígida quando **R** se verifica de facto entre objectos **x** e **y**, mas o objecto **x** poderia não estar em **R** com o objecto **y** se as coisas fossem tornadas apropriadamente diferentes; ou seja, apesar de **x** estar em **R** com **y**, há uma situação possível na qual **x** e **y** não estão na relação **R**. Assim, um exemplo de uma relação contingente é dado na relação que se estabelece entre pessoas **a** e **b** quando, e somente quando, **a** é pai de **b**. Outro é a relação entre uma elocução e o seu conteúdo. Tal como as coisas são, a minha elocução da frase 'Vénus é maior que Mercúrio' no contexto exprime, ou tem como conteúdo, a proposição **que Vénus é maior que Mercúrio** (seja esta o que for); mas, dada uma evolução apropriadamente diferente da língua portuguesa, a minha elocução poderia bem ter expresso uma proposição distinta, por exemplo a proposição **que António Vitorino é mais alto que Pedro Abrunhosa**, ou a proposição **que 2 é maior que 5**. Naturalmente, a contingência da relação entre a minha elocução e o seu conteúdo é um caso particular do facto geral de as palavras e as expressões linguísticas estarem apenas arbitrariamente conectadas com aquilo que na realidade significam.

Pelo contrário, a segunda relação, a relação de significado mental, é uma relação não-contingente ou rígida. Digamos que uma relação **R** é rígida quando, por um lado, **R** se verifica de facto entre objectos **x** e **y**, e, por outro, **R** não poderia deixar de se verificar entre esses objectos (por muito diferentes que as coisas fossem); ou seja, por um lado, **x** está em **R** com **y**, e, por outro, não há qualquer situação

²⁴ Este facto milita de alguma maneira a favor da redução precedente, pois esta assumiria a forma de uma explicação de uma relação contingente em termos de uma relação não-contingente, o que parece ser plausível.

possível na qual **x** e **y** existam e não estejam na relação **R**. Assim, se Kripke tem razão e a sua tese da necessidade da origem (Kripke 1980: 110-113) é correcta, então um exemplo admissível de relação rígida é dado na relação que se estabelece entre pessoas **a** e **b** quando, e somente quando, **a é filho de b** (no sentido biológico do termo). Outro é a relação entre um estado mental e o seu conteúdo. Recorrendo a um aparato terminológico proveniente da metafísica, pode-se dizer que a propriedade que a minha crença de que Vénus é maior que Mercúrio possui de ter como conteúdo a proposição **que Vénus é maior que Mercúrio** (seja esta o que for) é uma propriedade essencial e constitutiva da crença em questão, uma propriedade de cuja posse a existência e a identidade da crença dependem: esta deixaria de existir se não tivesse a propriedade, e deixaria de ser a crença que é se não tivesse a propriedade. Em geral, e em contraste com o caso linguístico, estados mentais com conteúdo semântico não estão contingentemente conectados com os conteúdos que de facto têm; e uma consequência disto é a de que, em contraste com o caso linguístico, estados mentais com conteúdo não estão contingentemente conectados com as condições de verdade que de facto têm.

Em todo o caso, a diferença assinalada na natureza das relações de significado sob consideração – entre os eventos, linguístico e mental, e os seus respectivos conteúdos, linguístico e mental – não constitui por si só qualquer ameaça à identificação destes últimos e à fusão das proposições acima mencionadas. Note-se que, tal como uma e a mesma pessoa pode estar simultaneamente numa relação rígida com uma pessoa (e.g., a sua mãe) e numa relação não-rígida com outra (e.g., um filho seu), também uma e a mesma proposição pode estar simultaneamente numa relação rígida com um certo objecto (uma crença) e numa relação não-rígida com um objecto diferente (uma elocução).

Todavia, a assimilação de conteúdo mental e conteúdo linguístico está longe de ser incontroversa; e os argumentos acima aduzidos a seu favor não são universalmente reconhecidos como conclusivos.

De facto, é possível introduzir considerações *prima facie* plausíveis que militam a favor de uma separação entre as variedades de conteúdo, mental e linguístico, e de uma consequente distinção entre, por exemplo, a proposição **que Vénus é maior que Mercúrio** tomada enquanto significado linguístico e a proposição **que Vénus é maior que Mercúrio** tomada enquanto significado mental. A ideia não é a

de que há aqui uma única proposição apresentada de maneiras distintas, como na teoria da fusão, mas sim a de que às maneiras distintas correspondem proposições numericamente distintas.

Uma das considerações que pode ser utilizada para o efeito é aquela que consiste em discriminar entre tais tipos de conteúdo com base numa diferenciação das finalidades que eles são supostos servir, ou das funções que eles são supostos desempenhar. Assim, a noção de conteúdo linguístico é suposta servir basicamente os fins de uma teoria semântica para uma língua natural, uma teoria que interprete elocuições de frases dessa linguagem. Ora, tais fins podem não coincidir de todo com aqueles que são servidos pela noção de conteúdo mental, os quais são vistos como sendo basicamente os fins de uma teoria psicológica. Uma teoria psicológica é aqui uma teoria que, entre outras coisas, explique certos comportamentos intencionais executados por agentes racionais em termos de certos estados mentais (crenças e desejos) em que estão tais agentes, sendo as explicações tipicamente feitas invocando os conteúdos atribuídos a esses estados mentais.

Uma maneira habitual de discriminar nessa base entre os géneros de conteúdo em questão consiste em apelar para uma distinção entre duas variedades de conteúdo: conteúdo **estrito** e conteúdo **lato**. Casos em que, por assim dizer, se faz divergir o mundo mas se mantêm constantes os estados internos do sujeito ilustram bem a distinção entre conteúdos estritos e conteúdos latos. Considerem-se as seguintes situações.

Situação A: Numa certa ocasião, está um copo de água a alguma distância de mim, penso **Está ali um copo com água**, tenho sede, quero beber água, levanto-me do sofá e caminho em direcção ao sítio onde o copo está.

Situação B: Tudo é literalmente idêntico à situação A excepto no que respeita ao seguinte pormenor: em vez de o copo conter água, ele contém um líquido famoso ao qual Hilary Putnam chamou **XYZ**,²⁵ um líquido com todas as propriedades superficiais e fenomenológicas da água, mas que não é água em virtude de possuir uma composição química completamente diferente.

25 Ver Putnam (1980).

A ideia de um conteúdo estrito é então introduzida como sendo aquilo que permanece invariante naquilo que eu penso – o conteúdo do meu pensamento – da situação A para a situação B. De facto, parece haver intuitivamente um sentido no qual eu tenho o mesmo pensamento, ou penso na mesma coisa, nas situações A e B, o sentido no qual o conteúdo dos meus pensamentos é visto como inteiramente determinado pelos meus estados internos; é esse tipo de conteúdo que é causalmente responsável pelo meu comportamento, o qual é por hipótese constante da primeira para a segunda situação. Digamos que o conteúdo estrito daquilo que eu penso nas duas situações é algo do género **Está ali um copo com um líquido incolor, transparente, bebível, que tira a sede...**

Por outro lado, a ideia de um conteúdo lato é introduzida como sendo aquilo que varia naquilo que eu penso – o conteúdo do meu pensamento – da situação A para a situação B. Parece haver também um sentido no qual eu tenho pensamentos diferentes, ou penso em coisas diferentes, nas situações A e B: o sentido no qual o conteúdo dos meus pensamentos é visto como determinado por aspectos do mundo exterior cuja diferença se reflecte numa diferença de condições de verdade. Note-se que o meu pensamento na primeira situação é verdadeiro (o líquido é de facto água), enquanto que tenho um pensamento falso na segunda situação (o líquido não é água): a noção de conteúdo aqui operativa, na qual conteúdos têm condições de verdade e valores de verdade determinados pelo mundo, é a noção de um conteúdo lato.

A tese da dissociação é então, *grosso modo*, a de que os conteúdos relevantes para efeitos de explicação psicológica, os conteúdos mentais, são apenas os conteúdos estritos: conteúdos internamente individualizáveis, cuja identidade e existência dependem apenas da existência do sujeito e da natureza dos seus estados internos, não dependendo nunca da identidade e existência de quaisquer objectos ou características do mundo. Enquanto que os conteúdos relevantes para efeitos de explicação semântica, os conteúdos linguísticos, podem muito bem ser os conteúdos latos: conteúdos externamente individualizáveis, conteúdos cuja identidade e existência dependem em geral da identidade e existência de objectos ou características do mundo. Para fins de explicação psicológica, interessa sobretudo a maneira como o agente representa o mundo, e não como o mundo

de facto é; o conteúdo dos estados mentais deve ser, por conseguinte, estrito. Para fins de semântica descritiva, interessa sobretudo a maneira como o mundo de facto é, e não como o falante o representa; o conteúdo linguístico deve ser, por conseguinte, lato.²⁶ Para estes fins, devemos invocar situações no mundo ou condições de verdade não conceptualizadas; para aqueles fins, devemos invocar conceptualizações de situações no mundo ou condições de verdade.

5 Fusão ou dissociação

Mas em que é que ficamos? Com a fusão ou com a dissociação de conteúdo linguístico e conteúdo mental? Penso que devemos ficar com a fusão. Note-se que daí não se segue, no entanto, qualquer rejeição da distinção conteúdo estrito/contéudo lato tal como atrás delineada: esta distinção está perfeitamente em ordem e é uma distinção importante. Dois géneros de considerações a favor da fusão parecem ter bastante peso, embora não sejam definitivas (especialmente as primeiras).

Em primeiro lugar, há o argumento da economia conceptual. Com efeito, no âmbito do tópico do conteúdo em geral, com a fusão ficaríamos à partida com dois problemas reduzidos a um: o problema do conteúdo (linguístico-mental) e as suas duas ramificações acerca das relações de significado linguístico e de significado mental. Dada a diferença registada na natureza das relações de significado, estes últimos continuariam a ser problemas à primeira vista distintos. Todavia, existem pontos de vista nos quais é subscrita a tese que referimos como Tese da Prioridade do Mental, nos quais é ensaiada uma redução do significado linguístico ao significado mental; se tais pontos de vista forem correctos, então as vantagens económicas da fusão são ainda maiores: ficaríamos com apenas dois problemas para resolver (em vez de três).

²⁶ É bom notar que a dicotomia estrito/lato pode ser utilizada de uma maneira diferente e para propósitos diversos; ela é tipicamente usada no contexto das chamadas teorias **duais** do conteúdo mental (Block 1986), segundo as quais este tem sempre dois componentes, um estrito e o outro lato. As considerações acima delineadas com vista a dissociar tipos de conteúdo têm pouco a ver com o uso das noções em teorias duais.

Em segundo lugar, há aquilo a que podemos chamar o argumento da combinação. Trata-se do argumento de que a validade de determinadas inferências, inferências onde atribuições de conteúdo mental se combinam com atribuições de conteúdo linguístico, bem como a verdade de determinadas generalizações, generalizações onde o mesmo género de combinação está presente, parecem exigir uma identidade estrita entre conteúdo linguístico e mental. Se assim for, é óbvio que os conteúdos linguísticos serão tão causalmente eficazes na produção do comportamento como os conteúdos mentais; se estes o são, aqueles também o são (pelo menos em alguns casos), o que milita contra a pretensão (subjacente à tese da dissociação) segundo a qual os conteúdos linguísticos são *latos*, inadequados para fins de explicação psicológica. O primeiro aspecto do argumento da combinação consiste apenas em reiterar considerações já feitas no parágrafo anterior. Tome-se o seguinte caso de inferência prática. Se a Maria diz ao telefone à Joana 'Vai começar a chover', a Joana acredita em tudo o que a Maria diz acerca do tempo, e a Joana quer sair de casa mas não se quer molhar, então *ceteris paribus* a Joana irá vestir a gabardine e buscar o guarda-chuva. Naturalmente, a Joana faz isto porque acredita que vai começar a chover, e acredita nisto porque acredita no que a Maria disse; este género de explicação daquilo que a Joana faz parece assim exigir que conteúdo da afirmação e conteúdo da crença sejam uma só coisa. Quanto ao segundo aspecto do argumento da combinação, considere-se a seguinte afirmação intuitivamente verdadeira: 'Há pessoas que acreditam por vezes no que dizem'. A verdade desta afirmação poderia ser justificada com base no facto de ser uma generalização existencial de uma afirmação verdadeira como 'A Joana disse que as baleias são peixes, e acredita nisso'. A forma lógica da generalização é algo como $\exists x \exists y \exists z (x \text{ diz } y \text{ em } z \wedge x \text{ acredita em } y \text{ em } z)$, em que os valores das variáveis x, y, z são (respectivamente) pessoas, conteúdos e ocasiões. Naturalmente, a verdade da quantificação existencial exige que os conteúdos que servem de valores para y sejam simultaneamente linguísticos, conteúdos de dizeres, e mentais, conteúdos de crenças.

Penso que estes e outros argumentos similares a favor da fusão são procedentes. Inclino-me, por conseguinte, para a identidade estrita entre conteúdo proposicional linguístico e mental. Em todo o caso, a quem preferir permanecer céptico em relação a esses argumentos,

poderíamos ainda dizer o seguinte. Questões no mínimo análogas às que se colocam em relação à fixação do conteúdo (linguístico) da minha elocução da frase 'Vénus é maior que Mercúrio' podem colocar-se em relação à fixação do conteúdo (mental) da minha crença de que Vénus é maior que Mercúrio; se, para além da analogia, se trata na realidade de um e do mesmo tipo de questão, é algo sobre o qual podemos de momento suspender o juízo.

Um problema no mínimo similar ao problema do conteúdo linguístico singular, ou da determinação do valor semântico para termos singulares, surge naturalmente, do lado do mental, com respeito aos conteúdos de uma certa classe de estados psicológicos. Esse problema é o seguinte:

(Q)* Como é que devem ser fixados os conteúdos daquelas crenças e pensamentos, bem como de outras variedades de estados mentais, que podemos classificar como **singulares**, no sentido de serem (irreduzivelmente) acerca de indivíduos ou objectos específicos no mundo²⁷

Por uma questão de conveniência de exposição, adoptemos provisoriamente duas suposições importantes, mas não totalmente incontroversas, acerca de conteúdos singulares. Primeiro, vamos supor que as proposições que servem de conteúdos para os estados mentais intencionais em questão, e também para as elocuições associadas, possuem uma determinada estrutura interna; isto significa que tais conteúdos se deixam decompor em certas partes componentes, as quais são postas em conjunto de acordo com um certo modo de combinação. Por outras palavras, tal como o significado proposicional linguístico, o significado proposicional mental também é composicional. Segundo, supomos que a estrutura assim discernida nos conteúdos reflecte, pelo menos aproximadamente, a estrutura das frases que são canonicamente usadas para os especificar. Assim, supomos, por exemplo, que a estrutura do conteúdo da minha crença de que Vénus é maior que Mercúrio espelha aproximadamente a estrutura da frase canonicamente empregue para a exprimir, a frase 'Vénus é maior que Mercúrio', tendo (no mínimo)

²⁷ Estados mentais singulares contrastam-se assim com estados mentais **gerais**, os quais não são acerca de nenhum item em particular. Por exemplo, o estado em que eu estou quando, ameaçado por canibais numa ilha deserta, desejo que alguém venha em meu socorro não é um estado mental singular.

partes correspondentes aos nomes 'Vénus', 'Mercúrio' e uma parte correspondente ao predicado diádico 'é maior que'.

Qual é o *rationale* de tais suposições? Porque é que se deve discernir uma estrutura, ou seja, certas partes componentes articuladas de uma certa maneira, na proposição **que Abrunhosa canta mal**? E, em especial, porque é que se deve reconhecer nessa estrutura um ponto correspondente ao nome 'Abrunhosa'? Eis duas razões para tal.²⁸

Em primeiro lugar, porque a proposição tem determinados poderes inferenciais, os quais é razoável conceber como características intrínsecas da proposição. Por exemplo, ela é uma consequência lógica das proposições **que o cantor de 'Se um dia eu fosse o teu olhar' é Abrunhosa** e **que o cantor de 'Se um dia eu fosse o teu olhar' canta mal**; e ela implica logicamente a proposição **que alguém canta mal** e a proposição **que Abrunhosa canta**. Ora, uma grande parte desses poderes inferenciais só pode ser explicada se uma estrutura daquele género for postulada.

Em segundo lugar, porque a apreensão da proposição está sistematicamente conectada com a apreensão de uma certa classe de outras proposições; e uma grande parte dessas conexões sistemáticas só pode ser explicada se uma estrutura daquele género for postulada. Ilustrando, considere-se a minha apreensão da proposição **que Abrunhosa canta mal**: digamos que eu apreendo esta proposição em virtude de, por exemplo, acreditar nela. E considere-se a minha apreensão da proposição **que a Joana é fixe**: digamos que eu apreendo esta proposição em virtude de, por exemplo, ter dúvidas acerca dela. Segue-se desses factos que eu estarei em posição de apreender a proposição **que Abrunhosa é fixe**, e de, por exemplo, rejeitá-la; e que eu estarei também em posição de apreender a proposição **que a Joana canta mal** e de, por exemplo, suspender o juízo acerca dela.

Suponhamos que as observações precedentes são correctas. Supomos assim que a minha crença de que a Joana é boa – ou antes, o seu conteúdo – tem uma determinada estrutura; e que tal estrutura contém um ponto correspondente ao nome próprio 'Joana', o qual

²⁸ Há outras razões, em especial aquelas que dizem respeito à infinitude e à produtividade (ou criatividade), propriedades que proposições partilham com as suas contrapartes linguísticas, frases. Obviamente, os argumentos para a composicionalidade do mental são decalcados dos argumentos atrás aduzidos para a composicionalidade da linguagem.

representa a Joana em carne e osso, e também um ponto correspondente ao predicado monádico 'é boa', o qual representa (digamos) a propriedade de ser boa.

O nosso problema acerca do conteúdo mental singular é então o seguinte. Como é que deve ser determinada aquela parte constituinte de um conteúdo mental que representa um indivíduo ou objecto particular? É o conteúdo da minha crença de que Vénus é maior que Mercúrio identificável com o conteúdo da minha crença de que a Estrela da Manhã é maior que Mercúrio, ou com o conteúdo da minha crença de que o segundo planeta do sistema solar é maior que Mercúrio, ou ainda com o conteúdo da minha crença de que aquilo (aponto para Vénus) é maior que Mercúrio? Acredito eu na mesma "coisa" em todos esses casos? Quantos conteúdos mentais há aqui? Como é que se contam conteúdos desse género? Note-se que todas aquelas crenças têm em comum o facto de serem crenças acerca daquilo que é, na realidade, o mesmo objecto material, *viz.* o planeta Vénus; e em todas elas a mesma propriedade relacional, *viz.* a propriedade de ser maior que Mercúrio, é predicada desse objecto material.

Dada a rigidez atrás constatada da relação entre um estado mental e o seu conteúdo, note-se ainda que é em geral legítimo inferir uma não-identidade entre estados mentais particulares do mesmo tipo a partir de uma não-identidade entre os respectivos conteúdos; por exemplo, a minha crença de que a Estrela da Manhã é maior que Mercúrio e a minha crença de que a Estrela da Tarde é maior que Mercúrio serão elas próprias consideradas como crenças distintas se os seus conteúdos, respectivamente a proposição **que a Estrela da Manhã é maior que Mercúrio** e a proposição **que a Estrela da Tarde é maior que Mercúrio**, forem considerados como distintos.²⁹

Podemos chamar ao problema genérico exemplificado pelas questões acabadas de colocar **Problema do Conteúdo Mental** para crenças e pensamentos singulares, bem como para outros tipos de estados mentais, tais como desejos, juízos, dúvidas, etc. Dadas suposições como aquelas que foram acima adoptadas, são óbvias as

²⁹ A questão associada de saber se é igualmente legítima a transição conversas, designadamente a inferência para uma identidade de estados mentais do mesmo tipo a partir de uma identidade dos respectivos conteúdos, é bem menos pacífica.

afinidades existentes entre este problema e o problema do conteúdo linguístico; e são igualmente óbvias as vantagens teóricas que resultam de um tratamento uniforme dos dois problemas, fazendo a filosofia da linguagem convergir com a filosofia da mente (e com a metafísica da mente) na realização de uma tarefa explicativa comum.

O tópico que queremos por excelência discutir neste ensaio, e acerca do qual uma concepção geral é proposta e defendida, é o tópico do **conteúdo singular**, linguístico e mental. Trata-se, de um lado, de uma questão na província da filosofia da linguagem e dos fundamentos da semântica, uma questão relativa ao funcionamento de certos dispositivos linguísticos de referência singular; e, do outro lado, de uma questão na província da filosofia da mente e da cognição, uma questão relativa à natureza e à identidade de crenças, pensamentos, etc., singulares. Como vimos, há também – no máximo – dois tópicos importantes que são de algum modo adjacentes ao tópico do conteúdo: o da natureza da relação de significado linguístico e o da natureza da relação de significado mental. Mas, dado que o tratamento deste par de questões pressupõe uma identificação prévia dos segundos *relata* das relações em questão, a qual é a tarefa básica de uma teoria do conteúdo, examinamos a seguir as principais teorias filosóficas do conteúdo singular.

6 Teorias do conteúdo

Dois grandes pontos de vista rivais e mutuamente inconsistentes sobre a natureza do conteúdo têm ocupado ambos uma posição saliente na discussão efectuada na área. Cada um desses pontos de vista não deve ser tomado como consistindo numa teoria filosófica particular, mas antes como subsumindo um vasto espectro de posições particulares as quais, apesar das diferenças por vezes substanciais que as separam, são suficientemente semelhantes – com respeito a certos aspectos nucleares – para poderem ser vistas como formando uma família de teorias do conteúdo.

Por uma questão de conveniência, os pontos de vista em questão são designados como ponto de vista **Cognitivista** ou **Fregeano** e ponto de vista **Referencialista** ou **Milliano**. Alguns dos rótulos sugerem imediatamente filiações históricas dos pontos de vista nas doutrinas filosóficas e semânticas expostas por Frege e John Stuart

Mill (respectivamente). No entanto, e apesar de haver certamente um grão de verdade em tais correspondências, convém salientar que a nossa tarefa não é de todo, nem parcialmente, de natureza histórica ou exegetica.³⁰ Queremos avaliar certas doutrinas – situadas no espaço lógico, por assim dizer – e examinar criticamente determinados argumentos a seu favor; mas queremos em geral fazê-lo independentemente da existência de quaisquer figuras, na história do pensamento, que as tenham de facto subscrito. Determinar se Frege foi de facto um Fregeano (no sentido a seguir especificado), ou se Mill foi de facto um Milliano (no sentido a seguir especificado), pode ser um exercício interessante; mas é completamente irrelevante para os nossos fins. Não é assim surpreendente que muitas das teses e ideias introduzidas como exemplificando o ponto de vista Fregeano, ou o ponto de vista Milliano, estejam presumivelmente longe de poder ser correctamente atribuídas a Frege ou a Mill.

É útil e sugestivo delinear o contraste entre as duas concepções, embora de uma forma ainda provisória e a ser oportunamente refinada, em termos da maneira como em cada uma delas é vista a conexão entre aspectos relativos ao conteúdo, linguístico ou mental, e aspectos relativos à cognição.

Todavia, antes de o fazer, é conveniente dar uma vista de olhos por um terceiro grande ponto de vista sobre a natureza do conteúdo, um ponto de vista com origem na chamada **semântica de mundos possíveis**. Embora, como vamos ver, a designação não seja completamente feliz, chamamos a essa concepção **intensionalismo modal**.³¹ Apesar de terem gozado de um certo prestígio durante algum tempo, as teorias intensionalistas modais do conteúdo têm sido objecto de intensa crítica. Uma das razões para tal é a de que, parcialmente em virtude da sua rejeição da suposição antes adoptada, a suposição de que proposições são constitutivamente dotadas de uma estrutura

30 Mesmo que a história ou a exegese incidam sobre autores relativamente recentes (e.g., Quine ou Kripke), isso não faz com que ela deixe de ser história ou exegese.

31 Robert Stalnaker é um dos mais conhecidos proponentes de uma teoria modal do conteúdo. Ver as suas colecções de ensaios Stalnaker (1987) e a mais recente Stalnaker (1999). Sobre a concepção de proposições (significados frásicos) como conjuntos de mundos possíveis, ver também o clássico Lewis (1986), em especial a secção 1.5.

interna, essas teorias conduzem a uma discriminação de conteúdos tão rude que é tomada por muita gente como um sinal claro de uma deficiência. A adoção da suposição acerca da estrutura é algo que é comum às teorias referencialistas e cognitivistas, separando ambas do intensionalismo modal e tornando-as aparentemente imunes àquele género de alegada deficiência. Por outro lado, a adoção da suposição da insensibilidade geral do significado à cognição é algo que é comum às teorias referencialistas e intensionalistas modais, separando ambas do cognitivismo.

7 Intensionalismo modal

No âmbito do agregado de teorias semânticas agrupadas sob o rótulo de **semântica de mundos possíveis**, a distinção tradicional entre intensão e extensão foi objecto de uma importante redefinição e clarificação feita em termos da ideia de um mundo possível e da relativização associada de valores semânticos a mundos possíveis (e a outros parâmetros). A distinção revista é aplicada da maneira abaixo esboçada a categorias centrais de expressões linguísticas, especialmente às de termo singular, predicado e frase (declarativa).³²

A extensão de um termo singular relativamente a um mundo possível **m** é o objecto nomeado ou denotado pelo termo com respeito a **m**; e diz-se que o termo não tem aí qualquer extensão se um tal objecto não existir. Se o termo singular é uma descrição definida singular flácida (e.g., 'O actual Rei de Espanha'), então a sua extensão variará de mundo para mundo (Filipe IV nuns, outra pessoa noutros, nada noutros); mas se é um nome próprio ou outro tipo de designador rígido (e.g., 'Filipe IV'), a sua extensão será constante de mundo para mundo (Filipe IV em todos aqueles mundos em que este exista). Assim, no que respeita a termos singulares, a ideia é simplesmente a de identificar extensão e referência.

A extensão de um predicado monádico relativamente a um mundo possível **m** é a classe de todos aqueles, e só daqueles, objectos que satisfazem o predicado com respeito a **m**. É algumas vezes adoptada a política de restringir a extensão de um predicado monádico num mundo a objectos existentes nesse mundo, sobretudo se se tratar de

32 O material de referência a este respeito é o clássico Carnap (1947).

um predicado simples ou atómico; nesse caso, se nenhum existente em \mathbf{m} satisfaz o predicado, então a extensão do predicado relativamente a \mathbf{m} é nula (o que, note-se, é o mesmo que dizer que é o conjunto vazio). Mas também é habitual levantar a restrição e autorizar a inclusão, entre os membros da extensão de um predicado num mundo, de objectos que não existem nesse mundo (tais objectos devem, no entanto, existir em algum mundo, e ter assim o estatuto de meros *possibilia* em relação àquele mundo); nesse caso, aquela consequência não se segue de todo. Naturalmente, a extensão de um predicado monádico pode bem variar de mundo possível para mundo possível, mesmo supondo que os mundos não diferem entre si relativamente aos objectos neles existentes, mas apenas relativamente às propriedades por eles exemplificadas; a extensão de 'filósofo' em \mathbf{m} pode diferir da sua extensão em \mathbf{m}' , e.g., por ser a classe vazia num e uma classe não-vazia noutra, apenas com base em diferenças relativas às propriedades exemplificadas. E as mesmas ideias são naturalmente generalizáveis a predicados de aridade \mathbf{n} (com \mathbf{n} maior ou igual a 2), com a extensão de um predicado desses num mundo a ser identificada com um conjunto de \mathbf{n} -tuplos ordenados de objectos, designadamente aqueles objectos – não necessariamente todos eles existentes no mundo em questão – que estão entre si na relação correspondente pela ordem indicada.

Finalmente, a extensão de uma frase declarativa relativamente a um mundo possível \mathbf{m} é usualmente identificada com o valor de verdade – supondo a bivalência, o valor V (O Verdadeiro) ou o valor F (O Falso) – que a frase recebe relativamente a \mathbf{m} ; obviamente, a extensão de uma frase dada pode assim variar enormemente de mundo para mundo. De notar ainda que, para além da relativização da noção de extensão a mundos, na semântica de mundos possíveis – ou, como se pode também dizer, na semântica de índices – é habitual suplementar uma tal relativização introduzindo outros tipos de índices ou parâmetros igualmente relevantes (e.g., tempos, locais, etc.). Assim, por exemplo, poder-se-ia dizer que a extensão de um predicado monádico relativamente a um mundo \mathbf{m} e a um tempo \mathbf{t} é a classe de todos aqueles objectos – não necessariamente existentes em \mathbf{m} ou em \mathbf{t} – que satisfazem o predicado relativamente a \mathbf{m} e a \mathbf{t} ; e a extensão de uma frase com respeito a \mathbf{m} e \mathbf{t} é o valor de verdade que a frase recebe em \mathbf{m} e \mathbf{t} : a extensão da frase 'Portugal é uma

monarquia' com respeito ao mundo actual e ao momento presente é o valor F, mas é o valor V com respeito ao mesmo mundo e a um tempo apropriadamente diferente, digamos uma certa ocasião em 1600.

Dada uma tal caracterização da noção de extensão com respeito aos diferentes tipos de expressão considerados, uma noção correspondente de intensão é introduzida do seguinte modo. Em geral, a intensão de uma expressão é identificada como uma função de mundos possíveis (bem como de outros índices) para extensões apropriadas. Equivalentemente, a intensão de uma expressão é definida como um conjunto de pares ordenados cujos elementos são um mundo possível \mathbf{m} (ou, em geral, um certo n -tuplo ordenado de índices) e a extensão da expressão relativamente a \mathbf{m} (ou, em geral, a extensão relativamente à combinação desses índices).

Assim, a intensão de um termo singular é uma função de mundos para objectos (indivíduos nos casos habituais), uma função que projecta cada mundo \mathbf{m} no objecto (se existir) que é a extensão do termo relativamente a \mathbf{m} . No caso de um designador rígido (e.g., 'Sócrates'), essa função é constante: o mesmo objecto é feito corresponder ao termo como sua extensão em todos os mundos (nos mundos onde o objecto não existir nenhuma extensão é assim determinada); no caso de um designador flácido (e.g., 'O filósofo que bebeu a cicuta'), a função é variável: diferentes objectos são feitos corresponder ao termo como suas extensões em diferentes mundos.

A intensão de um termo geral é uma função de mundos para classes de objectos (indivíduos nos casos habituais), uma função que projecta cada mundo \mathbf{m} na classe (possivelmente nula) de objectos que é a extensão do termo relativamente a \mathbf{m} ; como vimos, essa função é em geral variável. Generalizando, a intensão de um predicado de aridade \mathbf{n} é uma função de mundos para classes de n -tuplos ordenados de objectos, uma função que projecta cada mundo \mathbf{m} na classe (possivelmente nula) de n -tuplos ordenados de objectos que é a extensão do termo relativamente a \mathbf{m} .

Finalmente, a intensão de uma frase é uma função de mundos possíveis para valores de verdades, uma função que projecta cada mundo \mathbf{m} no valor de verdade – V ou F (dada a bivalência) – que é a extensão da frase relativamente a \mathbf{m} . Equivalentemente, e numa formulação mais corrente, a intensão de uma frase declarativa é identificável com um conjunto de mundos possíveis: o conjunto de todos aqueles

mundos nos quais a frase é verdadeira. As formulações são equivalentes pois, de um conjunto dado de mundos é possível obter a função de mundos para valores de verdade que o caracteriza (essa função mapeia um mundo **m** no valor **V** se e só se **m** pertence ao conjunto dado), e, conversamente, de uma função dada de mundos para valores de verdade é possível obter o conjunto apropriado de mundos (esse conjunto terá um mundo **m** como elemento se e só se a função dada mapear **m** no valor **V**).

Estamos agora em condições de identificar a tese central do intensionalismo modal. Trata-se da tese de que, em geral, **significados são intensões**: o valor semântico ou conteúdo de uma expressão linguística é a intensão da expressão, a função de mundos para objectos característica da expressão. Em particular, o conteúdo de uma dada elocução de uma frase declarativa num contexto é uma certa função de mundos para valores de verdade, ou o conjunto de todos os mundos possíveis nos quais ela é verdadeira; e esse conteúdo é igualmente o conteúdo de qualquer crença ou atitude proposicional exprimível através da frase.

O intensionalismo modal identifica assim proposições – conteúdos completos, linguísticos ou mentais – com conjuntos de mundos possíveis. Intuitivamente, a ideia subjacente é a de que cada proposição – o conteúdo de uma afirmação ou de uma crença – introduz uma partição de todas as possibilidades ou alternativas em duas categorias: aquelas que estão de acordo com o que a proposição estabelece (nas quais a proposição é verdadeira) e aquelas que não estão (nas quais a proposição é falsa); e a proposição é ela própria identificada com uma tal maneira de repartir circunstâncias, com a função de mundos para valores de verdade que a representa. Se não houver mundos nos quais a proposição é verdadeira, ou seja, se a proposição é uma falsidade necessária, então ela é simplesmente identificada com o conjunto vazio. Se não houver mundos nos quais a proposição é falsa, ou seja, se a proposição é uma verdade necessária, então ela é simplesmente identificada com o conjunto de todos os mundos.

Note-se que, nesta construção, proposições são entidades da teoria dos conjuntos e logo são, pelo menos num certo sentido, entidades "extensionais": o sentido no qual é habitual dizer que classes e outras entidades da teoria dos conjuntos são entidades extensionais. Daí a infelicidade da classificação da teoria como intensionalista; todavia, a

teoria é intensionalista noutra sentido: no sentido em que, em todo o caso, concebe proposições como intensões (embora estas sejam modalmente definidas e reduzidas a conjuntos).

O intensionalismo modal tem muitos aspectos que o recomendam. Eis dois desses aspectos. Em primeiro lugar, o intensionalismo modal proporciona uma maneira elegante e precisa de materializar a ideia programática – defendida por diversos linguistas e filósofos³³ – de que uma especificação do significado de uma frase declarativa deve ser de algum modo executada através de uma especificação apropriada das suas condições de verdade, de um conjunto de circunstâncias que sejam separadamente necessárias e conjuntamente suficientes para que a frase seja verdadeira. Teorias semânticas que adoptam esta ideia genérica são habitualmente designadas de teorias **verofuncionalistas** do significado e são usualmente contrapostas às chamadas teorias do significado como **uso**; no caso das constantes lógicas – e.g., a conjunção – essa oposição é conspícua, com uma explicação do significado das constantes lógicas em termos de (digamos) tabelas de verdade a ser contraposta a uma explicação do seu significado em termos de conjuntos de regras de inferência sintaticamente especificáveis.

O intensionalismo modal é uma das variedades de verofuncionalismo. E pode-se dizer que é uma variedade radical, na medida em que nela o significado de uma afirmação ou crença é integralmente reduzido a condições de verdade construídas à maneira modal, como conjuntos de circunstâncias ou mundos possíveis. Todavia, é bom reparar que no verofuncionalismo assim concebido cabe muita coisa. São igualmente subsumíveis nele muitas outras teorias, completamente diferentes, do significado; entre estas contam-se, por exemplo, determinadas versões do ponto de vista cognitivista, as teorias referencialistas, e as teorias de Davidson e dos seus seguidores.³⁴ Em todo o caso, pode-se argumentar que, de entre as diversas espécies de verofuncionalismo, o intensionalismo modal se recomenda pelo

33 Entre os filósofos que subscrevem em geral a ideia estão notoriamente Frege, Wittgenstein (no *Tractatus Logico-Philosophicus*) e Donald Davidson (1967). Do lado da linguística recente, veja-se por exemplo Chierchia e McConnell-Ginet (1990).

34 Note-se que em algumas destas teorias não é subscrita a tese forte de uma equação estrita entre significado e condições de verdade.

facto de possuir os meios conceptuais para dar a mais cabal e precisa expressão à ideia programática verofuncionalista.

Para além disso, o intensionalismo modal dá uma forma precisa à ideia, central ao verofuncionalismo, de que proposições têm as condições de verdade que têm de um modo não-contingente. Por outras palavras, se uma proposição **p** tem condições de verdade **C**, é verdadeira se e só se **C**, então **p** não poderia não ter **C** como condições de verdade: necessariamente, **p** é verdadeira se e só se **C**. Sob o intensionalismo modal, esta ideia é simplesmente reduzida à ideia básica e incontroversa de que conjuntos tem os elementos que tem de forma não-contingente, de que a identidade de um conjunto é integralmente determinada pela identidade dos seus elementos – no sentido em que, por exemplo, um conjunto com pelo menos um objecto distinto como elemento seria um conjunto distinto. Como uma proposição é um conjunto de mundos e cada um destes representa uma situação na qual a proposição seria verdadeira (uma condição de verdade), a identidade da proposição é integralmente determinada pela identidade de cada uma dessas situações (as condições de verdade da proposição).

Por outro lado, como é fácil verificar pelo que foi dito, o intensionalismo modal acomoda com muita facilidade um conjunto de características que são frequentemente tomadas como definidoras da noção de proposição. As mais importantes dessas características são as seguintes: (a) proposições são objectos abstractos, sem qualquer localização possível no espaço ou no tempo: como proposições são conjuntos e conjuntos são objectos abstractos, esta característica é imediatamente garantida pelo intensionalismo modal (o mesmo sucedendo às duas seguintes pela mesma razão); (b) proposições são objectos independentes da mente, cuja existência não depende da existência de uma mente que as apreenda, ou mesmo da existência de qualquer mente em geral; (c) proposições são objectos independentes da linguagem, cuja existência não depende da existência de uma linguagem (mesmo possível) na qual possam ser expressas, ou mesmo da existência de qualquer linguagem em geral; (d) proposições são os conteúdos de estados mentais intencionais como crenças e desejos e de eventos linguísticos como elocuições e afirmações; (e) proposições são aqueles objectos que são primariamente portadores de valores de verdade (frases, afirmações, crenças, etc., possuem valores de verdade apenas de um modo derivado, na medida em que os herdam

de proposições); (f) proposições possuem de forma não-contingente as suas condições de verdade, em contraste com aquilo que sucede com itens linguísticos como frases.

Em segundo lugar, o intensionalismo modal permite explicar de forma satisfatória, em termos de noções provenientes da teoria dos conjuntos, um conjunto importante de noções que se referem a relações lógicas e semânticas entre, e a operações lógicas e semânticas sobre, conteúdos proposicionais. Trata-se de relações e operações que qualquer teoria adequada do conteúdo tem de acomodar, pois parece ser um facto que proposições são as *relata* das relações em questão e as *operanda* das operações em questão. A relação de implicação lógica entre conteúdos proposicionais \mathbf{p} e \mathbf{q} é definida em termos da relação de inclusão entre conjuntos: \mathbf{p} implica logicamente \mathbf{q} (ou \mathbf{q} é uma consequência lógica de \mathbf{p}) se e só se \mathbf{p} está incluída em \mathbf{q} : o conjunto de mundos onde \mathbf{p} é verdadeira está contido no conjunto de mundos onde \mathbf{q} é verdadeira. A relação de consistência entre conteúdos \mathbf{p} e \mathbf{q} é definida em termos da operação de intersecção entre conjuntos: \mathbf{p} e \mathbf{q} são proposições mutuamente consistentes se e só se a intersecção de \mathbf{p} com \mathbf{q} não é vazia: há pelo menos um mundo que pertence a ambas as colecções de mundos. A relação de equivalência lógica entre conteúdos proposicionais \mathbf{p} e \mathbf{q} é reduzida a relação de identidade entre \mathbf{p} e \mathbf{q} , a qual é por sua vez reduzida a uma identidade entre conjuntos: \mathbf{p} é logicamente equivalente a \mathbf{q} se e só se \mathbf{p} é idêntica a \mathbf{q} , ou seja, o conjunto de mundos onde \mathbf{p} é verdadeira é precisamente o conjunto de mundos onde \mathbf{q} é verdadeira. A disjunção inclusiva de conteúdos é definível em termos da operação de união entre conjuntos: a disjunção inclusiva de \mathbf{p} com \mathbf{q} é o conjunto $\mathbf{p} \vee \mathbf{q}$: o conjunto de todos os mundos onde \mathbf{p} , ou \mathbf{q} , ou ambas, são verdadeiras; e a negação proposicional é definível em termos da operação de complementação sobre conjuntos: a negação de \mathbf{p} é o conjunto $\neg\mathbf{p}$: o conjunto de todos os mundos onde \mathbf{p} não é verdadeira. Naturalmente, a presunção é aqui a de que as noções da teoria dos conjuntos usadas na explicação são bem mais claras do que as noções da teoria do conteúdo proposicional a explicar, uma presunção que parece ser razoável.

No entanto, o intensionalismo modal tem sido alvo de um conjunto de argumentos poderosos que têm sido tomados por alguns filósofos como conduzindo à rejeição em bloco do ponto de vista. Esses

argumentos são conhecidos sob a designação genérica de **Argumentos da Omnisciência Lógica**. Todos eles procedem por redução ao absurdo, consistindo a estratégia seguida em muitos deles em mostrar que o intensionalismo modal tem a seguinte consequência alegadamente inaceitável: tornar falantes e sujeitos de estados mentais em criaturas logicamente omniscientes, no sentido de criaturas que estão invariavelmente em posição de conhecer, afirmar, considerar, acreditar, julgar, etc., todas as proposições que sejam consequências lógicas de proposições por eles conhecidas, afirmadas, consideradas, acreditadas, julgadas, etc.

Uma das razões pelas quais tais resultados indesejáveis são gerados consiste no facto de que, à luz do intensionalismo modal, proposições são conjuntos e, como tal, objectos desprovidos de qualquer género de estrutura interna, objectos que em geral não têm quaisquer partes componentes postas em conjunto de acordo com um modo de combinação dado. Com efeito, conjuntos são em geral objectos não estruturados, cuja identidade é apenas sensível – de acordo com o princípio da extensionalidade – à identidade dos seus elementos (e não a qualquer estruturação destes, ou maneira pela qual eles possam ser agrupados). Apesar de as intensões de frases serem governadas por um princípio de composicionalidade funcional, na medida em que elas são computadas a partir das intensões das expressões componentes com base num método de combinação (em geral, a aplicação de uma função a um argumento), essas intensões não têm elas próprias quaisquer partes componentes, qualquer estrutura que se assemelhe à estrutura dos seus veículos linguísticos (as frases das quais são intensões).

São a seguir introduzidos três argumentos da omnisciência lógica, o último dos quais pode ser visto como um caso especial do segundo. Assume-se em todos eles que proposições, construídas como conjuntos de mundos, são os conteúdos semânticos quer de eventos linguísticos (elocuições, afirmações, etc.) quer de estados mentais intencionais (crenças, desejos, etc.).

O primeiro argumento consiste, primeiro, na observação de que, à luz do intensionalismo modal, quem estiver em posição de afirmar, considerar, acreditar, conhecer, etc., uma verdade necessária, afirma, considera, acredita, conhece, etc., nessa base todas as verdades necessárias; e, depois, na observação de que tal é absolutamente inaceitável.

Note-se que, dado que quaisquer proposições necessariamente verdadeiras são logicamente equivalentes, pois são verdadeiras em todos os mundos possíveis, há uma única verdade necessária: a proposição que consiste no conjunto de todos os mundos. Assim, a proposição que $2+2 = 4$ e a proposição **que a Aritmética Formal é incompleta** (o Teorema de Gödel de 1931) são uma e uma só proposição. Logo, se uma pessoa – e.g., uma criança de sete anos – sabe ou diz que $2+2 = 4$, então ela sabe ou diz nessa base que a Aritmética Formal é incompleta. E se uma pessoa – e.g., um matemático experiente – duvida que a Aritmética Formal seja incompleta (por exemplo por suspeitar que a demonstração de Gödel contém uma falácia), então duvida nessa base que $2+2 = 4$. Ora, estes relatos de estados epistémicos (conhecimento, dúvida) ou de actos linguísticos (dizeres, afirmações) parecem ser manifestamente incorrectos ou mesmo falsos. (O argumento aplica-se *mutatis mutandis* a proposições impossíveis ou necessariamente falsas, pois há também uma e uma só destas proposições.)

Os detalhes do argumento são os seguintes. Há três premissas. (I) Seja **xV que S** a forma geral de um relato de um acto linguístico ou de uma atribuição de uma atitude proposicional. **S** é aí substituível por uma frase, **V** por um verbo para um acto linguístico ('dizer', 'afirmar', etc.) ou atitude proposicional ('saber', 'acreditar', etc.), e **x** por uma designação de um falante ou sujeito de atitudes. Supõe-se uma análise relacional dos actos e atitudes em questão: uma atribuição que exemplifique a forma é verdadeira num contexto se e só se o sujeito ou falante denotado no contexto por **x** está de facto numa relação, a relação denotada no contexto pelo verbo **V** , com uma proposição, a proposição denotada no contexto pela expressão **que S** ; esta proposição é a proposição **expressa** pela frase **S** no contexto, ou seja, a proposição **que S** . (II) Supõe-se que proposições são conjuntos de mundos possíveis. (III) Finalmente, supõe-se que a proposição que **S** é uma proposição necessariamente verdadeira. Das premissas (II) e (III) segue-se que qualquer proposição que seja uma verdade necessária é idêntica à proposição **que S** . Assim, seja a proposição **que T** uma proposição qualquer necessariamente verdadeira; tem-se então a identidade: a proposição **que S** = a proposição **que T** . Por fim, da conjunção deste resultado com a premissa (I), segue-se que qualquer atribuição da forma **xV que S** implica logicamente uma atribuição

da forma **x V que T** (seja qual for o sujeito e a atitude ou o acto, e para quaisquer proposições necessariamente verdadeiras). Considerando esta conclusão como inaceitável, e dado que a análise relacional proposta na premissa (I) é incontroversa, pelo menos do ponto de vista do espectro de teorias do conteúdo que estamos a considerar, só resta "lançar as culpas" sobre a premissa (II), a tese definidora do intensionalismo modal.

O segundo argumento consiste, primeiro, na observação de que, à luz do intensionalismo modal, quem estiver em posição de ter atitudes de um certo género – atitudes como aceitar, afirmar, conhecer, acreditar, etc. – em relação a uma proposição dada, então terá nessa base tais atitudes em relação a qualquer proposição que seja uma consequência lógica daquela proposição; e, depois, na observação de que tal é inaceitável. Note-se que se uma proposição **p** implicar logicamente uma proposição **q**, então o conjunto de mundos que **p** representa está incluído no conjunto de mundos que **q** representa. Logo, **p** é idêntica à sua conjunção com **q**: o conjunto de mundos **p** é idêntico ao conjunto de mundos **p ∧ q**. Assim, se um sujeito aceitar, afirmar, acreditar, conhecer, etc., uma proposição **p**, então aceita, afirma, acredita, conhece, etc., a conjunção **p ∧ q** (em que **q** é uma consequência lógica de **p**); e segue-se daí que o sujeito aceita, afirma, acredita, conhece, etc., **q**. Por exemplo, se uma pessoa – e.g., um aluno de um curso elementar de lógica – conhece, aceita, ou afirma uma proposição que tenha a forma da negação de uma conjunção, **¬(p ∧ q)**, então conhece, aceita, ou afirma assim a proposição **¬p ∨ ¬q**. De novo, estas descrições parecem ser manifestamente incorrectas ou mesmo falsas: são bem conhecidas as dificuldades que os estudantes de lógica têm, no início, com aplicações das leis de De Morgan.

Os detalhes do argumento são os seguintes. As premissas (I) e (III) são exactamente como no primeiro argumento. A premissa (II) é agora a seguinte: a proposição **que T** é uma proposição qualquer que seja uma consequência lógica da proposição **que S**. E uma nova premissa é necessária para fazer correr o argumento, a premissa (IV), a qual estabelece o seguinte: para algumas substituições de **V** (para verbos como 'dizer', 'afirmar', 'acreditar', 'saber', e outros), o seguinte esquema de inferência é válido: **x V que S e T**; logo, **x V que T**; um exemplo é a inferência, manifestamente correcta, de 'João diz

(afirma, sabe, pensa) que a Malásia é uma monarquia e Portugal uma república' para 'João diz (afirma, sabe, pensa) que Portugal é uma república'. Note-se que este esquema de inferência, ao qual se pode chamar **Fecho sob a Eliminação da Conjunção**, não é aplicável a todas as atitudes proposicionais e actos linguísticos; por exemplo, o esquema gera uma invalidade se **V** for substituída por 'duvidar'. Das premissas (II) e (III) segue-se que a proposição **que S** é idêntica á proposição **que S e T**. Logo, pela premissa (I), transita-se de **xV que S** para **xV que S e T**. Aplicando então a premissa (IV) e restringindo adequadamente as substituições de **V**, tem-se **xV que T**. Dado que a premissa (IV) é fortemente plausível, o veredicto é similar ao do primeiro argumento, com a *reductio* a ser exercida sobre a premissa (II).

O terceiro argumento consiste, primeiro, na observação de que, à luz do intensionalismo modal, quem estiver em posição de aceitar, afirmar, acreditar, considerar, acreditar, conhecer, etc., uma falsidade necessária, aceita, afirma, considera, acredita, conhece, etc., nessa base **todas** as proposições; e, depois, na observação de que tal é absolutamente inaceitável: como é que, por exemplo, uma pessoa pode estar em posição de acreditar em tudo (caso acredite em apenas numa falsidade necessária)? Note-se que, dado que uma proposição necessariamente falsa é identificada com o conjunto vazio, pois não é verdadeira em nenhum mundo possível, segue-se que qualquer proposição é uma consequência lógica de uma falsidade necessária: o conjunto vazio de mundos está contido em qualquer conjunto de mundos. Assim, se uma pessoa – e.g., um matemático experiente – acredita que a Aritmética Formal é completa (por julgar erroneamente ter uma demonstração correcta da completude), então ela acreditará nessa base no que quer que seja, e.g., que as baleias são peixes ou que $2+2 = 5$. Talvez de uma forma ainda mais óbvia do que no primeiro argumento, estas atribuições parecem ser manifestamente incorrectas, ou mesmo falsas.

O terceiro argumento pode ser obtido do segundo fazendo a proposição **que S** ser uma falsidade necessária, o que garante imediatamente que a proposição **que T** seja uma sua consequência lógica. Note-se ainda que o argumento (3) não é válido para todas as atitudes proposicionais, mas apenas para aquelas que satisfazem o esquema do Fecho sob a Eliminação da Conjunção; assim, o intensionalismo modal

não está comprometido, por exemplo, com o resultado de que quem duvidar de uma falsidade necessária duvida de tudo.

O balanço que pensamos que deve ser feito acerca do alcance e força dos argumentos da omnisciência lógica é o seguinte. Apesar de eles não constituírem refutações definitivas do intensionalismo modal (é difícil em Filosofia que algo seja uma refutação definitiva do que quer que seja!), e poderem ser objecto de réplicas à primeira vista razoáveis,³⁵ o fardo que impõem sobre essa teoria é gigantesco. De facto, é extremamente difícil fazer passar a ideia de que as consequências acima notadas da teoria, cuja implausibilidade parece ser conspícua, são afinal aceitáveis; é, por exemplo, difícil erradicar as intuições no sentido de que uma pessoa que afirme que o número dois não é ímpar não pode de todo ser vista como estando assim a afirmar qualquer verdade necessária, em especial uma verdade matemática extremamente complicada e ainda por demonstrar. Penso, por conseguinte, que devemos preferir teorias do conteúdo que, em parte em virtude do facto de postularem conteúdos estruturados, não têm aquele género de resultados e são imunes aos argumentos da omnisciência lógica; nas secções seguintes, consideramos as duas principais teorias, ou famílias de teorias, desse tipo.

Todavia, o facto de rejeitarmos o intensionalismo modal não significa nem que abandonemos o aparato conceptual da semântica de mundos possíveis, nem que rejeitemos todas as teses semânticas subscritas pela teoria. Em relação ao primeiro aspecto, penso que o conjunto de noções e técnicas provenientes da semântica de mundos possíveis é um instrumento extremamente conveniente para a clarificação de muitas noções e teses na área, pelo que usá-lo-emos sempre que tal se revelar vantajoso; é bom notar que um tal aparato é divorciável, não só da tese definidora do intensionalismo modal, a tese de que proposições são colecções de mundos possíveis, como também de uma concepção metafísica realista de pendor radical acerca de mundos possíveis, segundo a qual mundos possíveis são objectos concretos auto-subsistentes, cuja existência é primitiva e não uma mera construção lógica a partir de outros tipos de objectos (objectos actuais). Em relação ao segundo aspecto, penso que algumas das ideias e princípios semânticos adoptados pelo intensionalismo modal

35 Ver Stalnaker (1987: Capítulo I).

são inteiramente correctos e devem ser preservados, especialmente a tese verofuncionalista de que há uma conexão estreita entre significado e condições de verdade.

Posto isto, voltemo-nos agora para as teorias referencialistas ou Millianas do conteúdo proposicional.

8 Referencialismo³⁶

Numa primeira formulação, o contraste entre referencialismo e cognitivismo pode ser descrito do seguinte modo. Para o referencialismo, os significados são exteriores à mente e à linguagem; para o cognitivismo, os significados são, em parte ou no todo, entidades de alguma maneira mentais, representações ou conceitos³⁷ de itens exteriores à mente e à linguagem.

Numa teoria da referência directa, o nosso conhecimento da referência, a maneira como o fragmento relevante da realidade é objecto de cognição por parte de um falante ou de um sujeito de estados mentais, é em geral irrelevante para a identificação do conteúdo singular. É, em especial, irrelevante para a fixação do conteúdo de uma elocução de uma frase em que um termo singular³⁸ ocorra, bem como para a fixação do conteúdo de uma crença ou de um pensamento especificável através duma frase dessa natureza. Por outras palavras, há um divórcio entre, de um lado, a informação que um falante ou pensador possui acerca de um objecto dado, e, do outro lado, o significado das suas elocuições, crenças, desejos, etc., acerca desse objecto.

Com efeito, à luz do referencialismo, e considerando para já apenas o caso linguístico, aquilo que um termo singular contribui para o conteúdo, relativamente a um contexto, de uma elocução de

36 Naquilo que se segue, tomo como representativas do referencialismo as teorias propostas em Salmon (1986).

37 No sentido que o termo 'conceito' tem na ciência cognitiva contemporânea. Ver a este respeito Laurence and Margolis (1999: 3-4, 5-8).

38 De acordo com o que estipulámos na Secção 1, e se não houver qualquer indicação explícita em contrário, estamos apenas a considerar termos singulares logicamente simples, por exemplo nomes próprios e termos indexicais não-descriptivos.

uma frase em que ocorra, consiste **no, e só no, objecto particular** referido pela expressão no contexto.³⁹ Entre outras coisas, segue-se que se um tal objecto não existir, a expressão não tem qualquer valor semântico no contexto, ou seja, **nada** é contribuído pela expressão; logo, dada a composicionalidade do significado frásico, nada é dito por meio de uma elocução no contexto de uma frase que contenha a expressão – uma consequência que, por sinal, muitos acham implausível.

A tese definidora do referencialismo relativamente a termos singulares pode ser formulada através da seguinte "equação":

(R) Significado Singular = Objecto. O valor semântico de um uso de um termo singular **t** num contexto **c** é idêntico ao objecto **o** (se existir) referido por **t** em **c**.

Assim, por exemplo, aquilo que é contribuído pelo nome próprio 'Vénus' para a determinação do conteúdo da minha elocução da frase 'Vénus é maior que Mercúrio' no contexto atrás aludido, ou para a proposição expressa pela frase no contexto, é o planeta Vénus ele próprio. Do mesmo modo, aquilo que o nome 'Marte' contribui para o conteúdo de uma elocução, num contexto apropriado, da frase declarativa 'Marte é um planeta' – ou, por sinal, da frase interrogativa 'É Marte uma estrela?', ou da frase optativa 'Quem me dera ir a Marte!' – é o corpo celeste Marte ele próprio. Por outras palavras, numa teoria da referência directa, os pontos na estrutura das proposições **que Vénus é maior que Mercúrio e que Marte é um planeta** que correspondem a 'Vénus' e 'Marte' são vistos como estando **inteiramente** preenchidos pelo planeta Vénus e por Marte (respectivamente). Na semântica descritiva referencialista para termos singulares simples, há apenas um nível semântico: o da extensão ou referência.

Por outro lado, pelo menos à luz das versões mais habituais do referencialismo, o valor semântico de um predicado monádico (ou termo geral) – primitivo ou logicamente não-complexo – num contexto é identificado com uma propriedade, a propriedade expressa

³⁹ Entre os proponentes mais conhecidos do referencialismo, contam-se os seguintes filósofos: David Kaplan (1988a, 1988b), John Perry (1977, 1979, 1988), Nathan Salmon (1986, 1989, 1990), Scott Soames (1985, 1987) e Mark Richard (1990, 2013).

pelo predicado no contexto. O valor semântico de um predicado diádico num contexto é identificado com uma relação, a relação expressa pelo predicado no contexto; e assim por diante, de modo análogo, para predicados de aridade maior que 2.

Se, de uma forma pouco ortodoxa mas útil, usarmos o termo 'atributo' para cobrir quer propriedades (identificadas como atributos de aridade 1) quer relações (identificadas como atributos de aridade superior a 1), a tese definidora do referencialismo relativamente a predicados pode ser formulada através da seguinte equação:

(R) Significado Predicativo = Atributo. O valor semântico de um uso de um predicado n -ário P num contexto c é idêntico ao atributo Π expresso por P em C .

Convém notar que os atributos (propriedades e relações) expressos por predicados não são concebidos como entidades puramente extensionais, como conjuntos de n -tuplos ordenados dos indivíduos (no caso de atributos de primeira ordem) que satisfazem os predicados. A propriedade expressa por um predicado monádico não é identificada com aquilo a que é habitual chamar a **extensão** do predicado, ou seja, o conjunto de todos os objectos que o satisfazem; e a relação expressa por um predicado diádico não é de todo identificada com aquilo a que é habitual chamar a sua **extensão**, ou seja, o conjunto de todos os pares ordenados de objectos que o satisfazem. Por conseguinte, predicados monádicos co-extensionais, como os famosos 'bípede sem penas' e 'ser humano', não são vistos como exprimindo a mesma propriedade e logo como tendo o mesmo conteúdo.

Digamos que, numa teoria referencialista, propriedades e relações são **no mínimo** entidades intensionais, não no sentido de serem intensões à maneira do intensionalismo modal, ou no sentido de serem conceitos ou representações conceptuais à maneira do cognitivismo, mas no sentido de serem entidades governadas por um princípio modal de identidade do seguinte género. Atributos (propriedades, relações) são idênticos se, e só se, são necessariamente co-exemplificáveis, ou seja, têm a mesma extensão em todos os mundos possíveis. Assim, de acordo com esta noção de atributo, nada impede que propriedades associadas a conceitos diferentes, como a propriedade de **ser água** e a propriedade de **ser H₂O**, ou a propriedade de **ser equilátero** e a propriedade de **ser equiângulo**, sejam a mesma

propriedade. Por conseguinte, nada impede que a pares de termos gerais como 'água'/'H₂O' e 'triângulo equilátero'/'triângulo equiângulo' seja atribuído o mesmo valor semântico relativamente a contextos dados de uso. Em suma, os valores semânticos atribuídos pelo referencialismo a predicados estão numa posição intermédia entre, de um lado, as suas extensões (conjuntos de objectos), e, do outro, os conceitos expressos (**intensões** no sentido tradicional do termo).

Consequentemente, numa teoria referencialista, aquilo que é, por exemplo, contribuído pelo predicado português 'é maior que' para a determinação do conteúdo da minha elocução da frase 'Vénus é maior que Mercúrio' no contexto anteriormente indicado, ou para a proposição expressa pela frase no contexto, é a relação **ser maior que**. Do mesmo modo, aquilo que o predicado 'é fixe' contribui para o conteúdo de uma elocução, num contexto apropriado, da frase 'A Joana é fixe', é a propriedade de **ser fixe**. Por outras palavras, os pontos na estrutura das proposições **que Vénus é maior que Mercúrio** e **que a Joana é fixe** que correspondem a 'é maior que' e 'é fixe' são vistos como inteiramente preenchidos pela relação e propriedades mencionadas; estas são postas em conjunto com os pontos que correspondem aos nomes envolvidos de acordo com uma determinada sintaxe proposicional, um determinado modo de formar uma proposição a partir de elementos dados. Assim, na semântica descritiva referencialista para predicados, há uma bifurcação de níveis semânticos: o nível mais fino dos valores semânticos (atributos) e o nível mais rude das extensões (conjuntos).

Finalmente, o conteúdo de um uso de uma frase do género sob consideração num contexto é aquilo que é habitual designar por uma **proposição singular** ou **proposição Russelliana**, uma estrutura ou seqüência ordenada de indivíduos e atributos (no caso de predicções de primeira ordem). Estes são os indivíduos e os atributos associados aos termos singulares e predicados intervenientes na frase como seus valores semânticos no contexto; assim, a estrutura da proposição singular é um reflexo fiel da estrutura da frase usada para a exprimir.

A tese definidora do referencialismo relativamente a frases pode então ser formulada através da seguinte equação (para simplificar, consideramos apenas o caso de predicções monádicas):

(R) Significado Frásico = Proposição Singular. O valor semântico de um uso de uma frase da forma **Pt** num contexto **c**, em que **t** é um termo singular e **P** um predicado monádico, é a proposição singular composta pelo objecto **o** referido por **t** em **c** e pela propriedade Π expressa por **P** em **c**, sendo estes elementos combinados na proposição através de um modo apropriado (em geral, a relação de predicação ou exemplificação de um atributo por um indivíduo).

Desta maneira, o conteúdo da minha elocução da frase 'Vénus é maior que Mercúrio' no contexto aludido, ou a proposição expressa pela frase no contexto, é algo que pode ser representado pelo par ordenado que consiste no par ordenado dos indivíduos Vénus e Mercúrio e na relação **Ser Maior que**, designadamente o par

<<Vénus, Mercúrio>, A Relação Ser Maior que>;

ou, se quisermos tornar explícito o modo de combinação proposicional envolvido, pelo par

<<<Vénus, Mercúrio>, A Relação Ser Maior que>, Exemplificação>.

E o conteúdo de uma elocução de 'A Joana é fixe' é a proposição singular representável pelo par

<Joana, A Propriedade de Ser Fixe>;

ou pelo par

<<Joana, A Propriedade de Ser Fixe>, Exemplificação>.

Deve-se dizer que a notação de pares ordenados não é aqui mais do que uma mera conveniência, utilizada para captar visualmente a ideia de que as proposições postuladas pelo referencialismo são finamente estruturadas, possuindo uma estrutura que reflecte a estrutura dos seus veículos linguísticos.⁴⁰ Não há qualquer presunção no sentido de uma identificação literal de proposições singulares com pares ordenados ou, em geral, com quaisquer outras entidades da teoria dos conjuntos.

⁴⁰ Repare-se, a propósito, que o referencialismo discrimina proposições de um modo mais fino do que o intensionalismo modal: a uma e à mesma intensão proposicional podem corresponder proposições singulares distintas.

As observações precedentes aplicam-se *mutatis mutandis* ao caso mental. Assim, aquela parte do conteúdo de uma crença que tenha a propriedade de representar um objecto particular no mundo é vista como consistindo no, e só no, objecto particular em questão; por conseguinte, a relação de representação mental – vista aqui como a relação entre um conteúdo (uma proposição) e o objecto acerca do qual ele é – dissolve-se, neste caso, na relação de identidade.⁴¹ Por exemplo, aquele elemento constituinte do conteúdo da minha crença de que Vénus é maior que Mercúrio que de algum modo corresponde a **Vénus** é simplesmente identificado com o planeta Vénus ele próprio. E aquela parte componente do conteúdo do meu desejo **de que a Joana seja fixe** que de algum modo corresponde a **Joana** é exaustivamente dada na pessoa Joana ela própria. Do mesmo modo, a componente predicativa do conteúdo de uma crença ou desejo é identificada com um determinado atributo (propriedade, relação), por exemplo a propriedade de ser fixe no caso do meu desejo que a Joana seja fixe. Consequentemente, os conteúdos de estados mentais intencionais singulares são, na teoria referencialista, identificados com proposições singulares. Estas são precisamente os conteúdos linguísticos das frases canonicamente empregues na especificação desses conteúdos: o conteúdo da minha crença de que a Joana é fixe é, deste modo, a proposição singular **que a Joana é fixe**, a qual é representável pelo par ordenado supra.

Uma teoria referencialista dispõe assim, aparentemente, de uma maneira simples e eficaz de explicar a intencionalidade presente nesses casos e de lançar luz sobre a maneira como a referência linguística e a referência mental são determinadas. Para além disso, dada a equação proposta de significado com referência, a explicação proporcionada é *ipso facto* uma explicação para os problemas (3) e (4) acerca das relações de significado linguístico e de significado mental. A minha crença de que Vénus é maior que Mercúrio é acerca de Vénus porque o planeta Vénus ele próprio entra directamente no seu conteúdo; e o meu desejo de que a Joana seja fixe é acerca da Joana porque a Joana

41 A menos que os dispositivos de representação mental sejam colocados num nível diferente do conteúdo mental.

ela mesma faz directamente parte do seu conteúdo (e o caso linguístico é tratado da mesma maneira).⁴²

Em suma, no ponto de vista Milliano, o modo pelo qual o objecto particular referido, através da linguagem ou através do pensamento, se apresenta cognitivamente ao falante, ou ao pensador, é irrelevante para os fins de uma teoria do conteúdo e é simplesmente excluído do conteúdo singular, linguístico ou mental.

Muita coisa pode ser dita a favor das teorias referencialistas. E muita coisa pode ser dita contra elas.⁴³ Contentamo-nos aqui com uma breve menção de alguns dos aspectos que as tornam mais atraentes.

Em primeiro lugar, há que salientar a inocência semântica (por assim dizer) do referencialismo, a qual pode ser vista como uma virtude. Os valores semânticos propostos para as diferentes categorias de expressões, bem como para as suas contrapartes mentais, não têm nada de bizarro, são em geral entidades mundanas, itens e objectos no mundo: indivíduos (Vénus), características desses indivíduos (a propriedade de ser um planeta), e situações extralinguísticas (Vénus ser um planeta).

A este aspecto está associado um outro, de grande importância, o qual também milita a favor do referencialismo: o facto de estar assim garantida sem qualquer dificuldade a conexão entre a linguagem e a realidade, as palavras e as coisas, e a conexão entre a mente e a realidade, os pensamentos e as coisas; a conexão é feita via significados, linguísticos ou mentais, pois estes **são** coisas.

Finalmente, as teorias referencialistas não têm dificuldade alguma em acomodar as características atrás introduzidas como definindo (para muitos) a noção de uma proposição. Com efeito, proposições singulares são claramente objectos abstractos, independentes da mente

42 Obviamente, haveria ainda um facto que ficaria por explicar, designadamente porque é que Vénus ou a Joana, e não outras coisas ou pessoas, entram no conteúdo da minha crença de que Vénus é maior que Mercúrio, ou do meu desejo que a Joana seja fixe. Este é o problema da determinação da referência mental.

43 A dificuldade mais séria enfrentada pelo referencialismo é o de que a teoria dificilmente possui recursos adequados para resolver os dois problemas centrais mais adiante designados como Problema da Informatividade e Problema da Opacidade. Ver a este respeito Branquinho (1990) e Branquinho (1996). Uma crítica recente às noções referencialistas de proposição singular e pensamento singular encontra-se no artigo Armstrong and Stanley (2011).

e da linguagem; são os conteúdos de estados mentais intencionais como crenças e desejos⁴⁴ e de eventos linguísticos como elocuições e afirmações; são os portadores primários de valores de verdade; e são as entidades que possuem condições de verdade de um modo não-contingente.

9 Cognitivismo

Consideremos agora os traços gerais da posição rival, o cognitivismo ou Fregeanismo.⁴⁵

Em claro contraste com o referencialismo, numa teoria cognitivista do conteúdo singular, o nosso conhecimento da referência, a maneira como o fragmento relevante da realidade é objecto de cognição por parte de um falante ou de um pensador, é em geral relevante para a identificação do conteúdo singular. É, em especial, relevante para a fixação do conteúdo linguístico de uma elocução de uma frase em que um termo singular (logicamente simples e não-vazio) ocorra, bem como para a fixação do conteúdo de uma crença ou de um pensamento especificável através duma frase desse género. Por outras palavras, há uma conexão estreita entre, de um lado, a informação que um falante ou um pensador possui acerca de um objecto, e, do outro lado, o conteúdo ou o significado das suas elocuições, crenças, desejos, etc., acerca desse objecto; e a conexão em questão vai no sentido de o conteúdo mental e linguístico ser determinado, pelo menos parcialmente, com base nessa informação.

Com efeito, à luz de uma teoria cognitivista e considerando para já apenas o caso linguístico, aquilo que um termo singular contribui para o conteúdo de uma elocução, relativamente a um contexto, de uma frase em que ocorra, consiste pelo menos em parte num determinado modo como o objecto particular referido pela expressão no contexto se apresenta cognitivamente ao falante. Por outras palavras,

44 Todavia, Chalmers (2016) contém um ataque interessante à ideia de que as proposições singulares postuladas pelo referencialismo podem ser adequadas como objectos de crenças e outras atitudes proposicionais.

45 Entre os proponentes mais conhecidos de teorias neo-Fregeanas do conteúdo, contam-se os seguintes filósofos: Evans (1981, 1982), Christopher Peacocke (1983, 1986) e Graeme Forbes (1987, 1990, 2006).

o significado da expressão não se reduz ao objecto referido – em certas versões, ele não inclui de todo o objecto referido – e é necessariamente composto por uma representação cognitiva desse objecto. Se um tal objecto não existir, e se uma tal representação estiver disponível mesmo que nada lhe corresponda (o que é o caso em algumas variedades de cognitivismo), não se segue de todo que a expressão não tenha qualquer valor semântico no contexto; pode ser assim evitada a consequência aparentemente indesejável das teorias referencialistas atrás notada.

A tese definidora do cognitivismo com respeito a termos singulares pode ser formulada através da seguinte inclusão:

(R) Significado Singular \supseteq Modo de Apresentação de um Objecto. O valor semântico de um uso de um termo singular **t** num contexto **c** é necessariamente constituído por um modo cognitivo de apresentação **MAP_o** do objecto **o** (se existir) referido por **t** em **c**.

Assim, por exemplo, aquilo que o nome próprio 'Vénus' contribui para a determinação do conteúdo da minha elocução da frase 'Vénus é maior que Mercúrio' no contexto indicado, ou para a proposição expressa pela frase no contexto, inclui uma certa maneira através da qual o planeta Vénus me é cognitivamente dado, a qual é por mim associada com o nome 'Vénus'. Ilustrando, o planeta Vénus pode-me ser cognitivamente apresentado como **o segundo planeta do sistema solar**, ou como **o corpo celeste visto em tal e tal posição em tal e tal ocasião**, ou como **o planeta favorito de Copérnico**, etc. E, do mesmo modo, aquilo que o nome 'Obama' contribui para o conteúdo de uma elocução, num contexto apropriado, da frase declarativa 'Obama é fixe' – ou, por sinal, da frase interrogativa 'É Obama fixe?', ou da frase optativa 'Oxalá Obama seja fixe!' – inclui necessariamente uma certa perspectiva cognitiva sobre o indivíduo Obama, um agregado de informação sobre Obama, a qual é associada pelo falante com o nome 'Obama'. Por outras palavras, numa teoria Fregeana, os pontos na estrutura das proposições **que Vénus é maior que Mercúrio** e **que Obama é fixe** que correspondem a 'Vénus' e 'Obama' são vistos como incluindo algo como **concepções**⁴⁶ de Vénus e

46 No sentido que Susan Carey e outros cientistas cognitivos dão ao termo

de Obama (respectivamente). Assim, na semântica descritiva cognitivista para termos singulares, há uma bifurcação de níveis semânticos: o nível mais fino dos valores semânticos (concepções ou modos de apresentação de objectos) e o nível mais rude da referência ou extensão (objectos).

Por outro lado, podemos supor para os nossos propósitos que o valor semântico de um predicado monádico num contexto inclui – ou, em certas versões do cognitivismo, é identificado com – um modo cognitivo de apresentação de uma propriedade, a propriedade associada ao predicado no contexto; esta propriedade é concebida como sendo a referência do predicado no contexto. O valor semântico de um predicado diádico num contexto é identificado com um modo cognitivo de apresentação de uma relação, a relação referida pelo predicado no contexto; e assim por diante, de modo análogo, para predicados de aridade maior que 2.

Se continuarmos a usar o termo ‘atributo’ para cobrir quer propriedades quer relações,⁴⁷ a tese definidora do cognitivismo relativamente a predicados pode ser expressa através da seguinte inclusão:

(R) Significado Predicativo \supseteq Modo de Apresentação de um Atributo. O valor semântico de um uso de um predicado n -ário P num contexto c inclui necessariamente um modo cognitivo de apresentação MAP_{Π} do atributo Π referido por P em C .

Embora tal não seja obrigatório, podemos (e é conveniente) construir os atributos postulados pelo cognitivismo à maneira referencialista, como entidades governadas pelo princípio modal de individuação em termos de co-exemplificação necessária mencionado antes. Assim, uma e a mesma propriedade, por exemplo a propriedade de **ser água** (= a propriedade de **ser H₂O**), pode ser cognitivamente apresentada de maneiras diferentes, ou sob conceitos diferentes. O conceito **ÁGUA** e o conceito **H₂O** são conceitos diferentes da mesma propriedade, o mesmo sucedendo com os conceitos **TRIÂNGULO EQUILÁTERO** e **TRIÂNGULO EQUIÂNGULO**. Por conseguinte, a pares de termos gerais como 'água'/'H₂O' e 'triângulo equilátero'/'triângulo equiângulo' podem ser atribuídos, numa

'concepção'. Ver Carey (2009, em especial o Capítulo 13).

⁴⁷ Seguimos neste aspecto a terminologia de Salmon (1986).

teoria cognitivista do conteúdo, valores semânticos diferentes relativamente a contextos dados de uso. No que respeita a significados predicativos, o cognitivismo discrimina então mais finamente do que o referencialismo: a um e um só significado predicativo referencialista podem corresponder dois significados predicativos cognitivistas. Com respeito à componente predicativa de um conteúdo linguístico ou mental, há no cognitivismo três níveis semânticos: extensões, atributos, e modos de apresentação de atributos; no referencialismo há apenas dois, os dois primeiros.

Consequentemente, numa teoria cognitivista, aquilo que é, por exemplo, contribuído pelo predicado português 'é maior que' para a determinação do conteúdo da minha elocução da frase 'Vénus é maior que Mercúrio' no contexto anteriormente indicado, ou para a proposição expressa pela frase no contexto, contém uma representação cognitiva da relação **ser maior que**, a relação referida pelo predicado no contexto (concebida no sentido atrás especificado). Do mesmo modo, aquilo que o predicado 'é fixe' contribui para o conteúdo de uma elocução, num contexto apropriado, da frase 'Obama é fixe', é um modo de apresentação da propriedade de **ser fixe** (concebida no sentido atrás especificado). Por outras palavras, numa teoria cognitivista, os pontos na estrutura das proposições **que Vénus é maior que Mercúrio** e **que Obama é fixe** que correspondem a 'é maior que' e 'é fixe' são vistos como incluindo, no todo ou em parte, modos predicativos de apresentação; estes são postos em conjunto com os pontos que correspondem aos nomes envolvidos de acordo com uma determinada sintaxe proposicional, um determinado modo de formar uma proposição a partir de constituintes proposicionais dados.

Finalmente, o conteúdo de um uso de uma frase do género sob consideração num contexto é aquilo que podemos designar por uma **Proposição Fregeana** ou, na terminologia de Frege, um **Pensamento** (*Gedanke*).⁴⁸ Trata-se de uma estrutura ou sequência ordenada de modos de apresentação de indivíduos e de atributos (no caso de predicções de primeira ordem). Estes são os modos de apresentação associados aos termos singulares e predicados intervenientes na frase como seus valores semânticos no contexto; assim, também aqui a estrutura da

48 Frege (1967).

proposição espelha fielmente a estrutura da frase usada para a exprimir. Para simplificar, estamos obviamente a supor agora que os valores semânticos de termos singulares e predicados são estritamente identificados com modos de apresentação singulares e predicativos (respectivamente).

A tese definidora do cognitivismo relativamente a frases pode então ser formulada através da seguinte equação (considerando apenas o caso de predicções monádicas):

(R) Significado Frásico = Proposição Fregeana. O valor semântico de um uso de uma frase da forma **Pt** num contexto **c**, em que **t** é um termo singular e **P** um predicado monádico, é uma proposição composta por um modo de apresentação **MAP_o** do objecto **o** referido por **t** em **c** e por um modo de apresentação **MAP_Π** da propriedade **Π** expressa por **P** em **c**, sendo estes elementos combinados na proposição através de um modo de combinação apropriado (em geral, o modo que articula modos singulares com modos predicativos).

Desta maneira, o conteúdo da minha elocução da frase 'Vénus é maior que Mercúrio' no contexto aludido, ou a proposição expressa pela frase no contexto, é algo que pode ser representado pelo par ordenado que consiste num par ordenado que consiste em modos de apresentação de Vénus e Mercúrio e num modo de apresentação da relação **Ser maior que**, designadamente o par

$\langle \langle \text{MAP}_{\text{Vénus}}, \text{MAP}_{\text{Mercúrio}} \rangle, \text{MAP}_{\text{A Relação Ser Maior que}} \rangle$.

E o conteúdo de uma elocução de 'Obama é fixe' é a proposição representável pelo par ordenado

$\langle \text{MAP}_{\text{Obama}}, \text{MAP}_{\text{A Propriedade de Ser Fixe}} \rangle$.

Assim, na semântica descritiva cognitivista para frases, há três níveis semânticos: o nível mais fino dos modos de apresentação frásicos (proposições Fregeanas), o nível intermédio da referência (situações extralinguísticas apresentadas), e o nível mais rude da extensão (valores de verdade).

As observações precedentes aplicam-se *mutatis mutandis* ao caso mental. Aquela parte do conteúdo de uma crença que tenha a propriedade de representar um objecto particular no mundo consiste, pelo

menos parcialmente, num determinado modo de apresentação desse objecto; por conseguinte, a relação de representação mental não é, neste caso, dissolvida na relação de identidade. Assim, por exemplo, aquele elemento constituinte do conteúdo da minha crença de que Vénus é maior que Mercúrio que corresponde a Vénus envolve um certo género de relação cognitiva em que eu estou com o planeta Vénus. E aquela parte componente do conteúdo do meu desejo de que Obama seja fixe que corresponde a Obama inclui uma certa perspectiva cognitiva que eu tenho acerca de Obama. Do mesmo modo, a componente predicativa do conteúdo de uma crença ou desejo é identificada com um determinado modo de apresentação de um atributo (propriedade, relação), por exemplo uma representação da propriedade de ser fixe no caso do meu desejo que Obama seja fixe. Consequentemente, os conteúdos de estados mentais intencionais singulares são, na teoria cognitivista, identificados com proposições Fregeanas. Estas são precisamente os conteúdos linguísticos das frases canonicamente empregues para especificar esses conteúdos: deste modo, o conteúdo da minha crença de que Obama é fixe é a proposição Fregeana **que Obama é fixe**, a qual é representável pelo par ordenado acima. Assim, no que respeita a significados proposicionais, o cognitivismo também discrimina mais finamente do que o referencialismo: a uma e uma só proposição singular podem corresponder duas ou mais proposições Fregeanas.

Uma teoria cognitivista dispõe assim, aparentemente, de uma maneira simples e eficaz de explicar a intencionalidade presente nesses casos e de lançar luz sobre a maneira como a referência linguística e a referência mental são aí determinadas; muito embora a explicação seja aqui indirecta e mediata, em contraste com a explicação directa e imediata disponível nas teorias referencialistas. Se adoptarmos a suposição razoável de que os modos de apresentação singulares ou predicativos determinam de algum modo as entidades que apresentam, respectivamente indivíduos e atributos, então, dado que tais modos são as partes componentes dos conteúdos mentais e linguísticos, segue-se que de uma explicação dada para os problemas do conteúdo mental e linguístico pode-se deduzir uma explicação para os problemas associados acerca da referência mental e linguística. A minha crença de que Vénus é maior que Mercúrio é acerca de Vénus porque contém um modo de apresentação que determina

o planeta Vénus; e o meu desejo de que Obama seja fixe é acerca de Obama porque contém um modo de apresentação que determina Obama (e o caso linguístico é tratado da mesma maneira).

Em suma, no ponto de vista cognitivista, o modo pelo qual o objecto particular referido, através da linguagem ou através do pensamento, se apresenta cognitivamente ao falante, ou ao pensador, é maximamente relevante para os fins de uma teoria do conteúdo e é simplesmente incorporado no conteúdo singular, linguístico ou mental.

Muita coisa pode ser dita a favor das teorias cognitivistas. E muita coisa pode ser dita contra elas. Contentamo-nos para já com uma breve menção de alguns dos aspectos que as tornam mais atraentes. Mais à frente discutiremos o cognitivismo.

Em primeiro lugar, há que salientar o aspecto representacionalista do cognitivismo, que pode ser visto como uma virtude. Trata-se da ideia de que o conteúdo (linguístico ou mental) deve reflectir a maneira como o falante ou pensador vê ou representa o mundo, a ideia de que conteúdos mentais e linguísticos devem incorporar representações dos objectos (indivíduos e atributos) extralinguísticos e extra-mentais referidos. A inocência semântica do referencialismo é assim perdida, pois os valores semânticos propostos para as diferentes categorias de expressões, bem como para as suas contrapartes mentais, não são já em geral entidades mundanas, itens e objectos no mundo. Mas é satisfeita uma intuição importante precisamente no sentido oposto: a intuição de que conteúdos se devem situar essencialmente ao nível da representação, e não ao nível daquilo que é representado, devendo consistir em representações de itens e objectos no mundo. As vantagens desta característica do cognitivismo tornam-se manifestas quando, por exemplo, se considera a eficácia com a qual a teoria aparentemente lida com problemas como aqueles que em seguida introduzimos, problemas acerca da relação entre significado e cognição.

As outras vantagens anteriormente indicadas para o referencialismo também são vantagens do cognitivismo, pelo menos se considerarmos as variantes tradicionais deste ponto de vista. Por um lado, supondo de novo que modos de apresentação determinam de algum modo os objectos apresentados, está também garantida no cognitivismo a conexão entre a linguagem e a realidade, as palavras e as coisas, e a conexão entre a mente e a realidade, os pensamentos e as coisas; a conexão é aqui indirecta ou mediada, pois é feita *via* modos

de apresentação que por sua vez determinam coisas no mundo. Por outro lado, pelo menos as versões clássicas do cognitivismo, em particular as teorias propostas por Frege, não têm dificuldade alguma em acomodar as características atrás introduzidas como definindo (para muitos) a noção de uma proposição. Com efeito, Pensamentos ou proposições Fregeanas são claramente objectos abstractos, independentes da mente e da linguagem; são os conteúdos de estados mentais intencionais como crenças e desejos e de eventos linguísticos como elocuições e afirmações; são os portadores primários de valores de verdade; e são as entidades que possuem condições de verdade de um modo não-contingente.

10 Informatividade e opacidade

Ter uma ideia clara acerca de quais são os traços essenciais de uma teoria satisfatória do conteúdo singular é importante, não só para fins filosóficos e semânticos, mas também para os fins de uma teoria psicológica, de uma explicação do comportamento racional de falantes e sujeitos de estados mentais. Por conseguinte, é importante proceder a uma avaliação da disputa corrente entre concepções referencialistas e concepções cognitivistas do conteúdo singular. Os aspectos talvez mais salientes dessa disputa dizem respeito ao tratamento dado nesses pontos de vista a um conjunto de fenómenos interessantes que envolvem em geral a relação entre referência e cognição, e, no caso do conteúdo linguístico, o significado cognitivo do uso de uma língua natural. Como observámos atrás, dada a sua natureza, o cognitivismo parece ter em geral mais condições de acomodar estes fenómenos do que o referencialismo.

Eis dois exemplos de fenómenos desse género. A razão da sua posição central é a de que se trata de problemas tais que proporcionar soluções satisfatórias para eles é visto por muitos como uma condição geral de adequabilidade de uma teoria do conteúdo singular.

O primeiro fenómeno é o da chamada **Informatividade**, ou do carácter potencialmente informativo, de determinados conteúdos singulares. Trata-se da aparente existência de possíveis diferenças em valor informativo entre conteúdos de elocuições de pares de frases construídas a partir de termos singulares co-designativos, isto é, expressões empregues para referir o mesmo objecto particular.

O caso clássico, introduzido por Frege (Frege 1952), é dado no par de frases de identidade 'A Estrela da Manhã é a Estrela da Manhã' e 'A Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde': o conteúdo de uma elocução da segunda frase parece ser potencialmente informativo, em contraste com o conteúdo de uma elocução da primeira (o qual parece consistir numa trivialidade).

O fenómeno da Informatividade pode ser igualmente descrito em termos de conteúdo mental, quando se consideram conteúdos de estados mentais especificáveis através de frases com aquelas características. Compare-se, por exemplo, o meu pensamento de que a Estrela da Manhã é a Estrela da Manhã com o meu pensamento de que a Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde; ou o meu pensamento de que a Estrela da Manhã aparece de manhã com o meu pensamento de que a Estrela da Tarde aparece de manhã. Os primeiros pensamentos carecem de qualquer valor informativo potencial, em contraste com os segundos.

O fenómeno pode ser também descrito com respeito à componente predicativa de conteúdos linguísticos ou mentais. Considerem-se frases como 'Tudo o que é água é água' e 'Tudo o que é água é H₂O'; do mesmo modo, o conteúdo de uma elocução da segunda frase parece ser informativo, em contraste com o conteúdo de uma elocução da primeira (o qual parece consistir numa trivialidade).

O segundo fenómeno é o da chamada **Opacidade**. Trata-se da aparente existência de possíveis falhanços de substituição *salva veritate* de termos singulares co-designativos ao ocorrerem em certas construções linguísticas usualmente classificadas como **intensionais**, especialmente frases empregues para a atribuição de atitudes proposicionais (estados epistémicos, como conhecimentos e crenças, ou estados volitivos, como desejos). Por exemplo, dadas como premissas **(i)** a frase de identidade 'A Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde' e **(ii)** uma atribuição de crença como 'Os antigos astrónomos acreditavam que a Estrela da Manhã é um planeta', parece não se poder legitimamente usar a chamada Lei da Eliminação da Identidade e obter como conclusão a atribuição de crença 'Os antigos astrónomos acreditavam que a Estrela da Tarde é um planeta'; por conseguinte, supondo que a primeira atribuição é verdadeira, o seu valor de verdade não é aparentemente preservado após a substituição do termo singular 'A Estrela da Manhã' pelo termo co-referencial 'A Estrela da Tarde'.

Também o fenómeno da Opacidade pode ser descrito em termos de conteúdo mental. Basta considerar, por exemplo, o aparente facto de uma pessoa racional poder estar, numa certa ocasião, no estado de duvidar que a Estrela da Manhã seja a Estrela da Tarde e não estar de todo, nessa ocasião, no estado de duvidar que a Estrela da Manhã seja a Estrela da Manhã; ou o aparente facto de uma pessoa racional poder estar, numa certa ocasião, no estado de saber que a Estrela da Manhã aparece de manhã e não estar de todo, nessa ocasião, no estado de saber que a Estrela da Tarde aparece de manhã.

Observações do mesmo género aplicam-se às componentes predicativas de conteúdos linguísticos ou mentais: basta considerar, por exemplo, o aparente facto de uma pessoa racional poder estar, numa certa ocasião, no estado mental de acreditar que ninguém duvida que tudo o que é água é água e não estar de todo, nessa ocasião, no estado mental de acreditar que ninguém duvida que tudo o que é água é H_2O .

Como observámos, o cognitivismo parece ter recursos apropriados para lidar com estes fenómenos de modo satisfatório. Vejamos sumariamente como. Deixamos para a última secção a discussão das dificuldades que o referencialismo tem para os acomodar.

O cognitivismo explica de um modo elegante a possibilidade de frases de identidade que contêm nomes e outros termos singulares simples serem simultaneamente verdadeiras e informativas.

Comparem-se as frases

(1) Vénus é Vénus

(2) Vénus é a Estrela da Manhã.

Ambas as frases são verdadeiras, mas só (2) é potencialmente informativa; (1) é um exemplo de uma verdade lógica e é assim trivial e não informativa. Mas parece haver um único facto reportado por (1) e (2), o facto desinteressante de Vénus ser idêntico a si mesmo. Como é que isto pode ser? Utilizando, para simplificar, modos de apresentação descritivos como estando associados a nomes, a resposta cognitivista clássica é que (1) e (2) têm o mesmo significado (conteúdo) do que, por exemplo, as frases (3) e (4)

(3) O segundo planeta do sistema solar é o segundo planeta do sistema solar

(4) O segundo planeta do sistema solar é o corpo celeste habitualmente visto de madrugada na parte oriental do céu.

(2) é verdadeira e potencialmente informativa porque significa o mesmo do que (4), a qual é claramente verdadeira e potencialmente informativa. (1) não é informativa porque significa o mesmo do que (3), a qual é claramente não informativa.

Por outro lado, o cognitivismo explica de modo elegante como é que frases que contêm nomes (e outros termos singulares simples) co-referenciais não podem ser substituídas *salva veritate* quando ocorrem em construções opacas, em particular como frases encaixadas de atribuições de crença. A atribuição

(5) Hammurabi acreditava que a Estrela da Manhã é a Estrela da Manhã

é seguramente verdadeira. Hammurabi, o antigo astrónomo, certamente acreditava no princípio de que cada coisa é idêntica a si mesma. Mas a atribuição de crença (6), que resulta de (5) substituindo uma das ocorrências do nome 'A Estrela da Manhã' pelo nome co-referencial 'A Estrela da Tarde',

(6) Hammurabi acreditava que a Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde,

é presumivelmente falsa; talvez Hammurabi categorizasse correctamente a Estrela da Manhã como um planeta e incorrectamente a Estrela da Tarde como uma estrela.

O cognitivismo acomoda facilmente estas intuições. Continuado a assumir modos de identificação descritivos do planeta Vénus, a teoria olha para atribuições de crença como (5) e (6) como sendo equivalentes em significado a, por exemplo, as seguintes atribuições:

(7) Hammurabi acreditava que o corpo celeste habitualmente visto de madrugada é o corpo celeste habitualmente visto de madrugada

(8) Hammurabi acreditava que o corpo celeste habitualmente visto de madrugada é o corpo celeste habitualmente visto ao anoitecer.

Ora, (7) é claramente verdadeira e (8) presumivelmente falsa (dada a informação astronómica por hipótese na posse de Hammurabi).

Todavia, o cognitivismo sofre de problemas conhecidos. Eis um sumário de algumas dessas dificuldades, as quais emergem de algum modo das próprias vantagens que o ponto de vista apresenta relativamente aos fenómenos da Informatividade e Opacidade. Note-se que as dificuldades em questão têm sido objecto de réplicas razoáveis por parte de defensores do cognitivismo, dando origem a refinamentos importantes da teoria.⁴⁹

O primeiro problema para o cognitivismo é o da "subjectividade" interpessoal (por assim dizer). O problema consiste na possibilidade real de haver uma variação significativa, de falante para falante, nos modos de identificação de objectos associados a um dado designador (observações análogas aplicam-se ao caso do significado mental).

Por exemplo, os modos de identificação do filósofo Aristóteles que muitos utilizadores competentes do nome 'Aristóteles' associam com o nome, os agregados de informação que possuem acerca de Aristóteles, podem ser – e muitas vezes são mesmo – bastante diferentes uns dos outros. Um estudante do 1º ano de Filosofia pode identificar Aristóteles como e.g. **autor dos livros Metafísica e Ética a Nicómaco**, enquanto um estudante do 1º ano de História pode identificá-lo como e.g. **mentor de Alexandre Magno**. Por conseguinte, uma frase como 'Aristóteles nasceu em Estagira' pode variar enormemente em significado (conteúdo proposicional) na boca de falantes diferentes. O estudante de História atribuirá assim à frase um significado distinto do atribuído pelo estudante de Filosofia. Suponhamos que o estudante de Filosofia tem uma crença falsa acerca do local de nascimento de Aristóteles, e.g. crê que Aristóteles nasceu em Atenas, e está, nessa base, inclinado a dissentir da frase 'Aristóteles nasceu em Estagira'. Por outro lado, o estudante de História possui a informação relevante correcta e está inclinado a assentir sem hesitação à mesma frase. Intuitivamente, estaríamos aqui confrontados com um desacordo e descreveríamos as crenças dos dois estudantes como sendo mutuamente inconsistentes, sendo a do estudante de História verdadeira e a do estudante de Filosofia falsa. Todavia, à luz do cognitivismo, parece que tais crenças não são inconsistentes, pois

49 Ver Forbes (1990 e 2006, especialmente o Capítulo 8).

a proposição aceite pelo estudante de História e a proposição rejeitada pelo estudante de Filosofia não são uma e a mesma proposição, dado conterem modos de identificação distintos de Aristóteles. Por conseguinte, casos intuitivamente descritos como casos de desacordo seriam contados pelo cognitivismo como casos de não desacordo.

O segundo problema é o da "subjectividade" intrapessoal (por assim dizer). Consiste na possibilidade real de haver uma variação significativa, no mesmo falante e à medida que o tempo passa, nos modos de identificação de objectos associados a um dado designador (observações análogas aplicam-se ao caso do significado mental).

Por exemplo, os modos de identificação do filósofo Aristóteles que um e o mesmo utilizador competente do nome 'Aristóteles' associa com o nome em ocasiões diferentes, os agregados de informação que possui acerca de Aristóteles em diferentes alturas, podem ser – e muitas vezes são mesmo – bastante diferentes entre si. O estudante de Filosofia pode numa ocasião identificar Aristóteles simplesmente como **autor do livro Metafísica**, e, numa ocasião posterior, com base em nova informação entretanto adquirida, identificá-lo adicionalmente como **o Estagirita que ensinou Platão, foi mentor de Alexandre Magno e escreveu o livro Ética a Nicómaco**. Por conseguinte, uma frase como 'Aristóteles era grego' pode variar enormemente em significado (conteúdo proposicional) na boca do mesmo falante ao longo do tempo. O estudante de Filosofia atribuirá assim à frase na primeira ocasião um significado distinto do por ele atribuído à frase na ocasião posterior. Suponhamos que o estudante de Filosofia tem inicialmente uma crença falsa acerca do local de nascimento de Aristóteles, e.g. crê que Aristóteles nasceu em Atenas, e está, nessa base, inclinado a dissentir da frase 'Aristóteles nasceu em Estagira'. Todavia, numa ocasião posterior, com base em informação passada pelo estudante de História, que ele toma como correcta, passa a estar inclinado a dissentir da frase em questão. Aquilo que seria intuitivamente descrito como um caso de revisão de crença, como um abandono na ocasião posterior da crença inicial de que Aristóteles nasceu em Estagira, não seria assim classificado pelo cognitivismo. De facto, à luz desta teoria, as crenças do estudante de Filosofia nas diferentes ocasiões não seriam mutuamente inconsistentes, pois a proposição por ele aceite na ocasião inicial e a proposição por ele rejeitada na ocasião posterior não são uma e a mesma proposição,

dado conterem modos de identificação distintos de Aristóteles. Por conseguinte, casos intuitivamente descritos como casos de desacordo diacrónico de uma pessoa consigo mesma não são assim descritos pelo cognitivismo.

A terceira dificuldade para o cognitivismo é dada no problema geral da determinação da referência. Lembremos que os modos de apresentação postulados pelo cognitivismo – singulares, predicativos – são supostos determinar certas entidades no mundo – indivíduos, propriedades – como sendo a sua referência; ou seja, o significado ou conteúdo é suposto determinar de algum modo a referência. É por essa razão que o cognitivismo é visto como apresentando a vantagem de, ao resolver o problema do significado (linguístico ou mental), resolver também por implicação o problema da referência (linguística ou mental). No caso do conteúdo singular, dada uma maneira de identificar um objecto, e dada também a maneira como o mundo é, a ideia é a de que fica assim determinado um e um só objecto (se existir) como sendo o objecto identificado pela maneira de identificar em questão.

Ora, o problema é o de que há grandes e razoáveis dúvidas⁵⁰ sobre se os modos de apresentação cognitivistas – pelo menos concebidos à maneira clássica, como conjuntos de propriedades qualitativas ou puras – são capazes de realizar satisfatoriamente essa função de fixadores da referência.

Em primeiro lugar, os modos de identificação associados por um falante a um nome (ou a um termo geral como 'pinguim') podem ser demasiado genéricos ou incompletos, não sendo susceptíveis de determinar nenhum objecto específico como sendo o objecto referido. Por exemplo, o estudante de História do exemplo anterior pode apenas ser capaz de identificar Aristóteles como **filósofo grego**. Pode ser relativamente ignorante e não possuir mais informação do que essa acerca de Aristóteles. Pode apenas associar aqueles dois identificadores ao nome 'Aristóteles'. Naturalmente, um tal modo de identificação, apesar de conter informação correcta, está longe de individuar

⁵⁰ No caso de nomes próprios e termos para categorias naturais ('água', 'ouro', etc.), essas dúvidas são famosamente dadas nos chamados argumentos semânticos introduzidos por Kripke (1980: Lecture II) e excelentemente reforçados por Michael Devitt (1999: 54-58), que os designa como argumentos da ignorância e do erro. As observações seguintes esboçam a direcção principal desses argumentos.

Aristóteles, de fixar uma referência para o nome tal como usado pelo estudante de História. Todavia, a ignorância deste não lhe tira a capacidade de usar o nome competentemente, com a referência correcta. Ao dizer coisas como e.g. 'Aristóteles defendia que a Terra é curva', o estudante de História está-se a referir a Aristóteles e a dizer falsidades sobre Aristóteles.

Em segundo lugar, há casos em que os modos de identificação associados a nomes e termos gerais pelos falantes simplesmente contêm informação incorrecta sobre os objectos referidos pelos nomes ou termos gerais. Trata-se daquilo que se costuma designar por Argumentos do Erro (Devitt 1999: 54-58). São casos em que está disponível, no repertório conceptual de um utilizador competente de um nome, um certo modo de identificação de um objecto, um certo agregado de identificadores que a pessoa associa ao nome, mas em que o objecto referido não satisfaz pelo menos um dos identificadores no agregado, ou seja, pelo menos parte da informação é errónea. Por outras palavras, trata-se de casos em que usos competentes de um nome por um falante, usos do nome bem-sucedidos, com a referência correcta, são combinados com crenças falsas acerca do objecto nomeado. Por exemplo, algumas pessoas associam com o nome 'Einstein' um modo de identificação que contém o identificador incorrecto **inventor da bomba atómica**. E algumas pessoas associam com o nome 'Cristovão Colombo' um modo de apresentação que inclui o identificador incorrecto **navegador que pela primeira vez descobriu que a Terra é redonda**. Todavia, quando essas pessoas usam os nomes em frases como 'Einstein recebeu o Prémio Nobel' e 'Colombo descobriu a América', estão a usar os nomes competentemente, com a referência correcta, para se referirem a Einstein ou a Colombo - têm crenças verdadeiras ou falsas acerca de Einstein e Colombo.

Um caso de fronteira interessante é o seguinte. Numa conferência de imprensa, o Presidente Trump disse o seguinte: "You know what uranium is, right? It's this thing called nuclear weapons. And other things. Like lots of things are done with uranium. Including some bad things. But nobody talks about that." Está Trump a usar o termo 'urânio' com um mínimo de competência, para se referir ao urânio, apesar de exprimir crenças falsas acerca do urânio (ou melhor, crenças insuficientemente específicas acerca do urânio)? Ou está Trump a ser

pura e simplesmente incompetente ao usar o nome (não sabe de todo do que está a falar)? Estou inclinado para este último caso.

Em terceiro lugar, considerem-se casos em que os modos de identificação consistem em informação, por um lado, relativamente exaustiva, e, por outro, totalmente correcta, acerca dos objectos referidos. Continuemos a supor que os modos de identificação cognitivistas são puros, que os agregados de informação associados aos designadores e termos gerais pelos seus utilizadores consistem em propriedades qualitativas, no sentido de propriedades que não envolvem qualquer referência a objectos específicos; note-se, por outro lado, que tais propriedades ou identificadores têm naturalmente de fazer parte do repertório conceptual dos falantes. Ora, relativamente a estes casos, o cognitivismo enfrenta o problema da **duplicação qualitativa**, ou seja, a possibilidade de objectos distintos partilharem as mesmas propriedades puras.⁵¹ O termo geral 'água', na boca de um normal e competente utilizador da palavra, refere-se (em Português corrente) ao líquido com a composição básica H₂O. Mas suponha-se que, embora raramente, o nosso planeta contém porções de XYZ, um líquido diferente mas superficialmente indiscernível da água. E suponha-se que o nosso falante se confronta numa certa ocasião (sem o saber) com uma porção de XYZ e diz 'Aquilo é água'. Como o modo de identificação por ele associado ao termo é algo como **líquido incolor, transparente, inodoro, bebível, que está presente em rios, lagos e mares, ...**, o uso de 'água' nesse contexto refere-se a XYZ, um líquido que satisfaz o modo de identificação em questão. Mas, numa situação bem mais frequente, um uso pelo falante da palavra 'água' refere-se a H₂O, um líquido que também satisfaz aquele modo de identificação. Temos aqui, por conseguinte, um só modo de apresentação – ou, se quisermos, um só tipo de modo de apresentação – que no entanto identifica objectos distintos, líquidos diferentes. Ora, isso é inconsistente com a tese geral de que o significado determina a referência, ou seja, (no mínimo) com a tese de que a qualquer diferença na referência tem de corresponder uma diferença no significado.

51 Tal possibilidade só é bloqueada se adoptarmos o princípio da identidade de indiscerníveis, segundo o qual objectos qualitativamente idênticos são numericamente idênticos. Mas este princípio está longe de ser consensual – ver Branquinho (2020).

Estas dificuldades podem ser superadas se o cognitivismo simplesmente abandonar a tese crucial da determinação da referência pelo significado, pelo menos se esta tese for tomada no sentido forte utilizado nas observações precedentes. E é isso que tem na realidade sido feito por proponentes de certas versões recentes, neo-Fregeanas, do cognitivismo. Nestes pontos de vista, nos casos sob discussão, os modos de apresentação cognitivistas não são puros, como no cognitivismo clássico, mas são essencialmente *de re. Grosso modo*, um modo de apresentação *de re* de um objecto é um modo que está ontologicamente dependente da existência e identidade do objecto apresentado: se não há objecto, então não pode haver modo de apresentação; se há uma alteração no objecto, então há necessariamente uma alteração no modo de apresentação. Assim, nestes pontos de vista, a tese da determinação parece tomar a direcção inversa: é a referência que parece determinar o significado. Ora, alega-se, isso aparentemente faz com que o cognitivismo se aproxime perigosamente da posição rival, o referencialismo, e desvirtua a essência da posição cognitivista.⁵² Vejamos o que se pode dizer a este respeito.

11 Variação notacional?

As caracterizações anteriormente feitas dos pontos de vista Fregeano e Milliano são, deliberadamente, bastante genéricas. E há uma diversidade de maneiras, actuais ou meramente possíveis, através das quais elas podem ser detalhadas; o que dá origem à existência de uma pluralidade de teorias particulares, actuais ou meramente possíveis, no interior de cada uma das concepções.

Particularmente interessantes são determinadas versões recentes de natureza híbrida, por assim dizer, de cada um dos pontos de vista. Da concepção directamente referencial, são interessantes versões tais como aquelas que têm sido propostas por semanticistas Neo-Millianos como Kaplan (1988a), Perry (1988) e Salmon (1986); estas versões distinguem-se por um aparente recurso a noções acerca das quais a suspeita pode surgir de que são afinal indiscerníveis de

⁵² Katz (2004) é uma excepção a este respeito. A posição cognitivista de Katz combina a rejeição da tese da determinação da referência pelo significado com a adopção de sentidos (modos de apresentação) puros.

noções que fazem parte do aparato conceptual habitualmente utilizado em teorias Fregeanas, em especial a noção de **modo de apresentação**. No que respeita ao campo cognitivista, é interessante a chamada concepção *de re* dos modos de apresentação singulares adoptada por semanticistas Neo-Fregeanos como Evans (1981) e Peacocke (1986); trata-se de modos cuja identidade e existência depende da identidade e existência dos objectos apresentados. Do mesmo modo, sobre tais variantes do ponto de vista cognitivista pode recair a suspeita de que elas contêm afinal ingredientes que são alegadamente característicos de teorias referencialistas.

O carácter híbrido das versões seleccionadas torna-as extremamente interessantes do ponto de vista dialéctico, uma vez que são imediatamente vulneráveis a uma série de argumentos importantes que podemos rotular de argumentos **notacionais**. Argumentos deste género, dos quais não nos vamos ocupar aqui detalhadamente, têm sido recentemente aduzidos em ambas as direcções: por proponentes da concepção referencialista contra o ponto de vista cognitivista, e por proponentes deste ponto de vista contra aquela concepção. O efeito geral visado é invariavelmente o de uma dissolução conceptual no ponto de vista defendido do ponto de vista atacado, o qual se alega ser uma mera variante terminológica daquele.

Assim, no campo Fregeano, o argumento tem sido recorrentemente utilizado no sentido de que uma teoria Milliana da referência singular, na sua tentativa de acomodar fenómenos relacionados com a cognição e com a relevância cognitiva do uso da linguagem, pode ser vista como sendo, em essência, uma simples variante notacional de uma concepção cognitivista. Simetricamente, no campo Milliano, o argumento tem sido recorrentemente utilizado no sentido de que uma teoria Fregeana da referência singular baseada em modos de apresentação *de re*, especialmente no que respeita ao tratamento dado ao caso da referência demonstrativa e indexical, pode ser vista como sendo, em essência, uma simples variante notacional de uma concepção directamente referencial.

A direcção global de raciocínio que estou inclinado a seguir com respeito a estes argumentos é a seguinte.⁵³

53 Para detalhes, ver Branquinho (2006).

Em primeiro lugar, creio a tese da variação terminológica é, em geral, errónea; e que quer o argumento notacional Fregeano acima delineado, quer a sua contraparte Milliana, são incorrectos.⁵⁴ A conclusão é assim a de que estamos, na realidade, confrontados com teorias distintas do conteúdo singular, teorias que são de facto conceptualmente irreduzíveis uma à outra (mesmo se as tomarmos como representadas nas versões híbridas antes mencionadas). Esta conclusão reveste-se de algum significado, pois a tendência predominante na literatura parece ir no sentido de favorecer a tese da variação terminológica, numa direcção ou na outra.

Em segundo lugar, e bem mais importante, creio que a disputa entre o ponto de vista referencialista e o ponto de vista cognitivista deve ser, em geral, decidida a favor deste último. Como vamos ver na secção seguinte, penso que o género de equipamento conceptual empregue por uma teoria Milliana está longe de poder proporcionar um tratamento satisfatório para um conjunto nuclear de factos que envolvem a relação entre a linguagem e a actividade cognitiva; os atrás aludidos fenómenos da Informatividade e da Opacidade são paradigmas dessa classe de factos, resistindo a um tratamento referencialista. É ainda possível argumentar que uma maquinaria conceptual com as características daquela que é usada nas teorias cognitivistas, construída em torno da noção de um modo de apresentação cognitiva de um objecto, é estritamente indispensável para lidar com fenómenos daquele género de uma maneira adequada. Todavia, apesar de os modos de apresentação serem vistos como semanticamente eficazes, no ponto de vista que favoreço eles não são vistos como constituintes do conteúdo proposicional singular, o qual é inteiramente dado em proposições singulares construídas à maneira referencialista; há assim um grão de verdade nas teorias Millianas do significado.

Deste género de reflexões emerge uma doutrina na qual os modos de apresentação postulados, embora em geral ancorados em informação – incluindo informação perceptiva – acerca de aspectos do meio-ambiente do falante ou do pensador, não são de natureza puramente conceptual e dependem, quanto à sua existência e identidade, dos objectos particulares por eles apresentados. À doutrina emergente subjaz, por um lado, uma concepção externalista acerca da natureza da

54 Embora por razões diversas, naturalmente. Ver Branquinho (1990).

mente, e, por outro lado, uma concepção realista acerca da referência.⁵⁵ De acordo com o ponto de vista externalista acerca do mental, a existência e a identidade de alguns dos nossos estados mentais dependem essencialmente da existência e da identidade de itens exteriores à mente, os quais são tipicamente particulares materiais situados no meio-ambiente imediato do sujeito dos estados mentais. Tal dependência significa o seguinte: por um lado, se o item que é o objecto intencional de um desses estados mentais não existisse, então o estado mental ele próprio deixaria de existir; por outro lado, se o item que é o objecto intencional do estado mental fosse substituído por um item qualitativamente indiscernível, uma réplica perfeita, então estaríamos em presença de um novo estado mental, distinto daquele. Por conseguinte, sob o externalismo, a esfera do mental não goza de qualquer autonomia e é, por assim dizer, invadida pela esfera do não-mental, formando um contínuo com esta. De acordo com o ponto de vista realista acerca da referência, muitos dos objectos particulares referidos, através da linguagem ou através do pensamento, são vistos como subsistindo, e como estando agrupados em certas categorias naturais, independentemente da mente e do seu esquema de organização conceptual e classificação da realidade.

12 Referencialismo e cognição

A dificuldade mais significativa enfrentada pelo referencialismo diz respeito à maneira como a teoria (não) é capaz de enfrentar os problemas relacionados com a cognição, em especial os problemas atrás designados como Informatividade e Opacidade. Vamo-nos concentrar neste último, tendo em conta que não é difícil estender as nossas observações ao primeiro problema (dada a forte conexão entre ambos).

A característica central de uma teoria referencialista das atitudes proposicionais é dada na tese de que, num certo conjunto de casos, os conteúdos de estados mentais como a crença, o conhecimento, o

⁵⁵ Note-se que a adopção destas duas concepções faz com que o ponto de vista que o presente autor está inclinado a defender fique, neste aspecto, mais longe das teorias cognitivistas tradicionais, nas quais ambas as concepções são habitualmente rejeitadas, e mais perto das teorias Millianas, nas quais elas são habitualmente subscritas.

desejo, etc., devem ser identificados com proposições **Russelianas** ou **singulares** no sentido anteriormente elucidado, i.e., estruturas de indivíduos e atributos.⁵⁶

Numa primeira aproximação, uma atribuição de atitude da forma **s V que p** – em que **s** é substituível por um designador de um sujeito, **V** por um verbo de atitude (e.g. 'pensa') e **p** por uma frase com pelo menos uma ocorrência de um designador simples (e.g. um nome próprio) – é analisada como exprimindo uma relação, a relação denotada pelo verbo, que se estabelece entre um sujeito e uma proposição singular, a proposição denotada pela expressão **que p**. Por exemplo, a proposição singular **que Londres é feia**, a qual é o conteúdo semântico de elocuições (em certos contextos) de frases como 'Londres é feia' e 'Esta cidade (aponta-se para Londres) é feia', é *grosso modo* representada pelo par ordenado que consiste num objecto, a cidade de Londres ela mesma, e num atributo, a propriedade de ser feia.

Todavia, de modo a satisfazer princípios relativos à racionalidade dos sujeitos de atitudes, esta análise deve ser sujeita a refinamentos. Assim, a maioria dos proponentes do referencialismo concebe a relação denotada pelo verbo de atitude, e.g. a relação de crença, como sendo necessariamente mediada por **modos de apreensão** ou **modos de apresentação** sob os quais proposições singulares dadas são tomadas pelos sujeitos. Uma atitude proposicional é então vista como uma relação, não com dois, mas com três termos: uma relação que se estabelece entre um sujeito, uma proposição singular e um certo modo de apresentação dessa proposição singular.

Tome-se, por exemplo, a atribuição de crença

(1) Pierre acredita que Londres é feia.

Condições de verdade referencialistas para (1) podem ser dadas do seguinte modo:⁵⁷

⁵⁶ Ver, e.g., Salmon (1986) e Soames (1987).

⁵⁷ Salmon (1990).

(M) (1) é verdadeira se, e só se, há um modo de apresentação **m** tal que **m** apresenta a proposição singular <Londres, Fealdade> a Pierre e Pierre está na relação de crença com essa proposição sob **m**.

Designemos essa relação ternária por **BEL** (segundo Salmon 1986). **BEL** consiste então em algo como um sujeito aceitar, ou estar disposto a aceitar, uma proposição Russelliana sob um modo de apresentação.

Concebidos à maneira referencialista, modos de apresentação têm duas características importantes. Por um lado, são exteriores aos conteúdos das atitudes, àquilo que é acreditado, pensado, etc.; de facto, concebê-los como partes constituintes de conteúdos seria correr o risco de adoptar uma posição semântica próxima do cognitivismo. Por outro lado, modos são semanticamente ineficazes no seguinte sentido. Não há quaisquer restrições sobre os modos de apresentação sobre os quais se quantifica existencialmente: a simples presença de pelo menos um modo de apresentação (qualquer que seja) sob o qual um sujeito apreenda e aceite uma proposição singular é suficiente para garantir a verdade de uma dada atribuição de crença.⁵⁸

Vejam agora quais são as desvantagens mais dramáticas (por assim dizer) da teoria referencialista das atitudes proposicionais.

Considere-se para o efeito o já clássico caso do antigo astrónomo – chamemos-lhe 'Ptolomeu' – que desconhecia o facto de Véspero, que ele identificava como uma certa estrela observada ao anoitecer a oriente, ser o mesmo corpo celeste do que Fósforo, que ele identificava como um certo planeta observado ao amanhecer a ocidente.

Para começar, da concepção referencialista segue-se a verdade da seguinte atribuição de crença (com respeito ao caso de Ptolomeu):

(2) Ptolomeu acredita que Véspero não é Véspero.

A oração subordinada em (2) denota a mesma proposição Russelliana, *viz.* <<Véspero, Fósforo> Não-Identidade>, do que a oração subordinada em

(3) Ptolomeu acredita que Véspero não é Fósforo.

Por conseguinte, (2) e (3) têm as mesmas condições de verdade referencialistas. Supondo que estas são satisfeitas no caso de (3), segue-se que elas serão também satisfeitas no caso de (2). Logo, (2) é verdadeira.

⁵⁸ Para mais sobre estas características de modos, ver Branquinho (1996: 7-10).

Naturalmente, existe também o problema de que o referencialismo implica a verdade de 'Ptolomeu acredita que Véspero é Fósforo'. Todavia, assumindo que a implausibilidade é algo que pode vir em graus, selecionei (2) porque considero que o seu grau de implausibilidade é ainda maior do que o desta última atribuição de crença.

Há diversas propostas acerca da natureza das entidades que são supostas servir de modos de apresentação de proposições Russellianas. Todavia, para os presentes propósitos, podemos assumir que tais modos são, pelos menos em parte, especificáveis por meio de frases interpretadas pertencentes a uma certa linguagem, e.g. a linguagem pública falada pelo sujeito de atitudes ou, se quisermos, a sua "linguagem do pensamento" (Fodor 1988). Assim, aproximadamente, a atribuição (3) é verdadeira porque (podemos supor) Ptolomeu estaria disposto a aceitar a proposição Russeliana <<**Véspero, Fósforo**> **Não-Identidade**> se esta lhe fosse apresentada através da frase 'Véspero não é Fósforo' (ou de uma contraparte da frase na língua de Ptolomeu, ou de uma frase apropriada da sua linguagem do pensamento). A disponibilidade de um tal modo de apresentação garante então a verdade da atribuição (2).

Este género de resultado entra em conflito com a intuição que a maioria de nós tem no sentido de que (2), cuja frase subordinada tem a forma superficial de uma contradição, é manifestamente falsa (e (3) é claramente verdadeira). Os defensores do referencialismo respondem habitualmente a esta objecção defendendo a ideia de que, embora em certo sentido enganadora ou inapropriada, a atribuição (2) é de facto verdadeira. E têm tentado explicar aquela intuição através do uso de considerações do âmbito da pragmática da atribuição de atitudes. Somos assim convidados a fazer uma distinção entre as seguintes duas coisas. Por um lado, temos aquilo que é afirmado por uma atribuição de crença, aquilo que está nela semanticamente contido: as suas condições de verdade referencialistas (tal como antes dadas). Por outro lado, temos aquilo que é pragmaticamente transmitido ou sugerido por ela: e.g. que, de modo a que a atribuição seja apropriada, a sua frase subordinada, que denota uma certa proposição singular, deve corresponder (em algum sentido) à frase usada para especificar o modo de apresentação particular sob o qual o sujeito da crença aceitaria a proposição em questão. Por outras palavras, nas mãos do referencialista, modos são apenas pragmaticamente relevantes. Por

consequente, apesar de ser literalmente verdadeira (as suas condições de verdade são satisfeitas), (2) é enganadora: o modo nela sugerido é o errado; enquanto que (3) é quer verdadeira quer apropriada: o modo nela sugerido é o correcto.

Duvido que a estratégia pragmática, enquadrada por um aparato de modos de apresentação, tenha sucesso em dissolver de uma maneira satisfatória a nossa fortemente enraizada intuição de que (2) é simplesmente falsa, e não apenas enganadora.

Se mudarmos de atribuições de crença para (digamos) relatos de dizeres então, supondo que a teoria Milliana também se aplica a estes, a implausibilidade intuitiva dos veredictos referencialistas torna-se ainda mais conspícua. Suponhamos que Ptolomeu, no contexto da sua história, produz uma elocução da frase 'Véspero não é Fósforo' (ou da frase equivalente na sua língua). Parece então que o referencialismo nos permite relatar este facto em discurso indirecto do seguinte modo

(4) Ptolomeu disse que Véspero não é Véspero.

Ora, (4) parece ser quer inteiramente inapropriada quer literalmente falsa à luz dos nossos padrões habituais. Poder-se-ia objectar que relatos de dizeres pertencem a uma categoria semântica diferente pois, ao contrário de relatos de crença, podem ser vistos como introduzindo contextos citacionais. Todavia, a validade de inferências como e.g. 'Paul acredita em tudo o que Pierre diz. Pierre disse que Londres é feia. Logo, Paulo acredita que Londres é feia' sugere fortemente que conteúdos de dizeres e conteúdos de crenças são do mesmo género; e se proposições Russelianas são supostas servir como os últimos (em alguns casos), então deveriam servir como os primeiros (nesses casos).

Ao ter como consequência a verdade de atribuições como (2), segue-se da teoria Milliana a possibilidade de atribuirmos a um sujeito por hipótese completamente racional e lógico, mas não omnisciente, uma crença numa contradição; ou melhor, uma crença numa impossibilidade lógica, designadamente a negação de uma verdade lógica. É certo que uma tal impossibilidade lógica seria acreditada sob um modo especificável por meio da frase 'Véspero não é Fósforo' (ou de uma sua tradução apropriada), a qual não é a negação de uma verdade lógica.

Porém, julgo que tal é insuficiente para mitigar o carácter contra-intuitivo dessa consequência do referencialismo. De facto, podemos conceder, uma tal consequência poderia ainda de algum modo ser razoável caso o sujeito não pudesse estar – ou não pudesse ser reportado como estando – na posição de se aperceber do facto de que acredita numa proposição contraditória. O problema é que o seguinte parece seguir-se também do referencialismo: é possível um sujeito racional descrito pela teoria como acreditando numa contradição aperceber-se – ou ser descrito como apercebendo-se – de que acredita na contradição em questão. Com efeito, supondo que Ptolomeu é minimamente competente na atribuição de crenças (aos outros e a ele próprio), supondo que a teoria Milliana se aplica a atitudes iteradas, e assumindo ainda a verdade de (2), a seguinte atribuição poderia bem ser verdadeira:

(5) Ptolomeu sabe que acredita que Véspero não é Véspero.

Poderíamos supor que Ptolomeu estaria na relação epistémica análoga à relação Milliana **BEL**, a qual poderíamos designar por **KNOW**, com a proposição Russelliana **que Ptolomeu acredita que Véspero não é Véspero**. Poderia haver um modo de apresentação, e.g. (aproximadamente) 'Eu acredito que Véspero não é Fósforo', através do qual ele estaria familiarizado com essa proposição e sob o qual ele estaria em **KNOW** com ela. Para além disso, creio que a teoria Milliana permitir-nos-ia mesmo afirmar que Ptolomeu sabe que (5), sabe que sabe que (5), etc.

Por outro lado, suponhamos que Ptolomeu tem alguma expertise em semântica e lógica elementares; e, em particular, suponhamos que ele tem o conceito de uma proposição inconsistente. Então, presumivelmente, o referencialismo permitir-nos-ia afirmar que Ptolomeu sabe que a proposição **que Véspero não é Véspero** é inconsistente; de novo, haveria um modo de apresentação, e.g. 'A proposição **que Véspero não é Véspero** é inconsistente', através do qual ele estaria por hipótese familiarizado com essa proposição e sob o qual ele estaria na relação **KNOW** com ela. (E a existência de um tal modo sustentaria também a pretensão de que Ptolomeu sabe que a proposição **que Véspero não é Fósforo** é uma proposição inconsistente.)

Para sermos justos para com a teoria referencialista, note-se no entanto que, enquanto a teoria implica, por um lado, que Ptolomeu sabe que acredita na proposição **que Véspero não é Véspero**, e, por outro, que ele

sabe que esta proposição é inconsistente, a teoria **não** implica que ele tem conhecimento da seguinte proposição: **que a proposição que Véspero não é Véspero é simultaneamente inconsistente e acreditada por ele.**

É certo que aquilo do qual Ptolomeu está ignorante é a proposição meta-lingüística **que a frase 'Véspero não é Fósforo' exprime (em Português) uma proposição inconsistente;** e esta é justamente a frase usada para especificar o modo proposicional sob o qual ele acredita, e sabe que acredita, na proposição inconsistente que Véspero não é Véspero. Todavia, penso que resultados deste tipo militam fortemente contra a plausibilidade do referencialismo. De facto, poderíamos tomar o seguinte princípio como impondo uma restrição mínima razoável sobre a noção de racionalidade: se um sujeito **s** é racional então, se **s** sabe (numa ocasião **t**) que **s** acredita (em **t**) na proposição que **p** e **s** sabe (em **t**) que a proposição **que p** é inconsistente, então **s** deixa (em **t**) de acreditar na proposição **que p**. Este princípio é aparentemente violado pela teoria referencialista. Fazendo a proposição **que p** ser a proposição **que Véspero não é Véspero**, todas as condições na antecedente do princípio são satisfeitas no caso de Ptolomeu. Todavia, de acordo com o referencialismo, Ptolomeu continua a ter (em **t**) a crença de que Véspero não é Véspero. Repare-se que descrevê-lo como estando em posição de abandonar numa certa ocasião essa crença é algo que a teoria referencialista nos impede de fazer (enquanto ele permanecer na ignorância acerca da Estrela da Manhã e Estrela da tarde). É verdade que Ptolomeu suspende o juízo (em **t**) acerca da proposição em questão, e que também descrê nessa proposição (no sentido de acreditar na sua negação). Mas isso não é nada de novo, é algo que ele faz desde o início. De novo, duvido que uma relativização do princípio sobre a racionalidade a modos de apresentação, por exemplo através da introdução da exigência de que (em certos casos) a proposição **que p** seja apreendida pelo sujeito **s** sob o mesmo modo ao longo da antecedente do princípio, seja suficiente para remover ou reduzir a implausibilidade das descrições referencialistas dos estados mentais dos sujeitos.

Terminamos a nossa avaliação do referencialismo com a introdução de mais uma consequência duvidosa do ponto de vista. Trata-se do facto, emergente das considerações anteriores, de que as descrições referencialistas atribuem aos sujeitos cognitivos uma enorme quantidade de auto-conhecimento, conhecimento acerca dos seus próprios estados mentais.

Poder-se-ia pensar que os modos de apresentação postulados pelo referencialismo são originariamente intencionados como constituindo uma espécie de véu interposto entre os sujeitos e as proposições singulares por eles pensadas, bloqueando de algum modo o seu acesso cognitivo a estas últimas. Todavia, isto é enganador: as descrições referencialistas parecem equipar os sujeitos com porções de conhecimento (semanticamente) inapropriadas, não só acerca das suas próprias atitudes em relação a proposições singulares, mas também acerca da identidade de tais proposições.

Por exemplo, se Ptolomeu fosse um semanticista Milliano, ele poderia ser correctamente descrito como sabendo que a proposição singular **que Véspero é Véspero** é a proposição singular **que Véspero é Fósforo**; e poderia também ser correctamente descrito como acreditando (na mesma ocasião) numa não-identidade acerca dessas proposições singulares.

Em geral, sejam **a** e **b** nomes próprios e seja um termo da forma **A proposição singular que ...b...** o resultado de um termo da forma **A proposição singular que ...a...** através da substituição de uma ou mais ocorrências de **a** por **b**. Então, supondo que o sujeito **s** tem o conceito de uma proposição singular, usa de forma competente os nomes envolvidos (ou as contrapartes destes na sua linguagem), e considera a identidade relevante, o seguinte é necessariamente o caso (independentemente de **s** saber ou não se **a** e **b** são nomes co-referenciais): se a proposição singular **que ...a...** é a proposição singular **que ...b...**, então **s** sabe que a proposição singular **que ...a...** é a proposição singular **que ...b...** (e sabe que sabe isto), enquanto que **s** pode na mesma ocasião acreditar que tais proposições singulares são distintas (e saber que acredita nisto).⁵⁹

O universo de proposições relevantes que resultam ser de facto opacas aos pensadores Millianos parece estar restrito a certas proposições meta-linguísticas nas quais são afirmadas certas relações entre modos de apresentação frásicos e proposições singulares. Por exemplo, embora Ptolomeu saiba que acredita na proposição singular **que Véspero não é Véspero**, e embora ele saiba que a frase 'Véspero não é Fósforo' exprime essa proposição singular, Ptolomeu não acredita, e logo não sabe que acredita, na proposição que a frase 'Véspero não é Fósforo' e a frase 'Véspero não é Véspero' exprimem ambas a proposição singular em questão.

⁵⁹ Note-se que se a não identidade das proposições em questão fosse assumida, então um resultado semelhante seguir-se-ia.

João Branquinho
 Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
 jbranquinho@campus.ul.pt

Referências

- Almog, J., J. Perry and H. Wettstein (eds.). 1988. *Themes from Kaplan*. New York and Oxford: Oxford University Press.
- Anderson, C.A. and J. Owens (eds.). 1990. *Propositional Attitudes. The Role of Content in Logic, Language, and Mind*. Stanford: CSLI.
- Armstrong, J. and J. Stanley. 2011. Singular Thoughts and Singular Propositions. *Philosophical Studies* 154: 205-222.
- Block, N. 1986. Advertisement for a Semantics for Psychology. *Midwest Studies in Philosophy X*: 615-78.
- Block, N. 1998. Conceptual Role Semantics. In E. Craig (ed.), *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London: Routledge, 242-256.
- Branquinho, J. 1990. Are Salmon's Guises Disguised Fregean Senses. *Analysis* 50: 19-24.
- Branquinho, J. 1996. Singular Propositions and Modes of Presentation. *Disputatio* 1: 5-22.
- Branquinho, J. 2006. *Direct Reference, Cognitive Significance and Fregean Sense*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
- Branquinho, J. 2016. Significado e Cognição: o legado de Frege. In Léo Peruzzo Júnior e Bortolo Valle (orgs.), *Filosofia da Linguagem*. Curitiba: PUCPress.
- Branquinho, J. 2020. Identidade. In P. Galvão e R. Santos (orgs.) *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. Lisboa: CFUL.
- Carey, S. 2009. *The Origin of Concepts*. Oxford: Oxford University Press.
- Carnap, R. 1947. *Meaning and Necessity. A Study in Semantics and Modal Logic*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- Chalmers, D. J. 2016. Referentialism and the Objects of Credence: a Reply to Braun. *Mind* 125/498: 499-510
- Chierchia, G. and S. McConnell-Ginet. 1990. *Meaning and Grammar. An Introduction to Semantics*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Davidson, D. 1967. Truth and Meaning. *Synthese* 17, no. 3: 304-323
- Devitt, M. and K. Sterelny. 1999. *Language and Reality: An Introduction to the Philosophy of Language*. Cambridge: MIT Press.
- Evans, G. 1981. Understanding Demonstratives. In H. Parret and J. Bouveresse (eds.), *Meaning and Understanding*. Berlin: W. de Gruyter.
- Evans, G. 1982. *The Varieties of Reference*. Edited by John McDowell. Oxford: Clarendon Press and New York: Oxford University Press.
- Evans, G. 1985. Semantic Theory and Tacit Knowledge. Reimpresso em G. Evans, *Collected Papers*. Oxford: Clarendon Press, 322-342.
- Fodor, J. 1988. Why There Still Has to be a Language of Thought. In J. Fodor, *Psychosemantics*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 135-154.
- Fodor and E. Lepore. 1991. Why Meaning (Probably) Isn't Conceptual Role. *Mind & Language* 6, Issue 4: 328-343.
- Forbes, G. 1987. Indexicals and intensionality: a Fregean perspective. *The Philosophical Review* 96: 3-33.
- Forbes, G. 1990. The Indispensability of Sinn. *The Philosophical Review* 99: 535-563.
- Forbes, G. 2006. *Attitude Problems*. Oxford University Press.
- Frege, G. 1952. On Sense and Reference. In P. Geach and M. Black (eds.), *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Basil Blackwell, 56-78.

- Frege, G. 1967. The Thought: A Logical Inquiry. In P.F. Strawson (ed.), *Philosophical Logic*. Oxford: Oxford University Press, 17-38.
- Frege, G. 1992. *Os Fundamentos da Aritmética*. Tradução portuguesa de António Zilhão. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Kaplan, D. 1988a. Demonstratives: An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of Demonstratives and Other Indexicals. In J. Almog, J. Perry and H. Wettstein, 1988, 481-563.
- Kaplan, D. 1988b. Afterthoughts. In J. Almog, J. Perry and H. Wettstein, 1988, 565-614.
- Katz, J. J. 2004. *Sense, reference, and philosophy*. New York: Oxford University Press.
- King, J. C., S. Soames and J. Speaks. 2014. *New Thinking about Propositions*. Oxford: Oxford University Press.
- Kripke, S. 1960. Semantical Considerations on Modal Logic. In L. Linsky (ed.), *Reference and Modality*. Oxford: Oxford University Press, 63-72.
- Kripke S. 1980. *Naming and Necessity*. Oxford: Basil Blackwell
- Laurence, S. and E. Margolis (eds). 1999. *Concepts. Core Readings*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Lewis, D. 1986. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Basil Blackwell.
- Peacocke, C. A. B. 1983. *Sense and Content. Experience, Thought and their Relations*. Oxford: Clarendon Press.
- Peacocke, C. A. B. 1986. *Thoughts: An Essay on Content*. Oxford: Basil Blackwell.
- Perry, J. 1977. Frege on Demonstratives. *The Philosophical Review* 86: 474-97.
- Perry, J. 1979. The Problem of the Essential Indexical. *Nous* 13: 3-21. Reprinted in Salmon and Soames 1988, 83-101.
- Perry, J. 1988. Cognitive Significance and New Theories of Reference. *Nous* 22: 1-18.
- Putnam, H. 1980. The Meaning of 'Meaning'. Reprinted in H. Putnam, *Philosophical Papers, Vol. 2: Mind and Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Richard 1990. *Propositional Attitudes: An Essay on Thoughts and How We Ascribe Them*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Richard, M. 2013. *Context and the Attitudes*. Oxford: Oxford University Press.
- Salmon, N. 1986. *Frege's Puzzle*. Cambridge, Mass. and London, England: The MIT Press.
- Salmon, N. 1989. Reference and Information Content: Names and Descriptions. In D. Gabbay and F. Guentner (eds.). *Handbook of Philosophical Logic, Vol. IV*. Amsterdam: North Holland, 463-90.
- Salmon, N. 1990. A Millian Heir Rejects the Wages of Sinn. In Anderson and Owens (eds.), 1990, 215-48.
- Salmon, N. and S. Soames. 1988. *Propositions and Attitudes*. Oxford: Oxford University Press.
- Salmon, N. 1990 A Millian Heir Rejects the Wages of Sinn. In C. A. Anderson and J. Owens (eds.), 1990, 215-48
- Schiffer, S. 1987. *The Remnants of Meaning*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Searle, J. 1983. *Intentionality: an Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Soames, S. 1985. Lost Innocence. *Linguistics and Philosophy* 8: 59-71.
- Soames, S. 1987. Direct Reference, Propositional Attitudes, and Semantic Content. *Philosophical Topics* 15: 47-87. Reprinted in Salmon and Soames (eds.) 1988, 197-239.
- Stalnaker, R. 1987. *Inquiry*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Stalnaker, R. 1999. *Context and Content*. Oxford: Oxford University Press.